



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2013**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Novembro/2013**

A - SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/11/2013

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	12
Especial	2
Não Deliberativa	8
Programa Senado Jovem Brasileiro	2
Total de sessões realizadas	24

Quadro Geral de Matérias 01 a 30/11/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PEC	2	-	-	0	0	0	2
PLC	7	4	0	0	0	0	11
PLS	1	8	3	1	1	3	17
SCD	1	0	0	1	0	0	2
PDS Atos Internacionais	3	0	0	0	0	0	3
PDS Rádio/TV	0	32	0	0	0	0	32
PRS	4	-	-	0	0	0	4
MSF	3	-	-	0	0	0	3
Total	21	44	3	2	1	3	74

Quadro de Requerimentos 01 a 30/11/2013

Natureza	Total
Audiência de comissão	8
Auditoria	1
Congratulações, pesar e assemelhados	13
Desapensamento de matérias	2
Destaque	28
Informações	10
Missão (em representação do Senado Federal)	28
Prorrogação de prazos de comissão de código	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	3
Retirada de matéria	5
Tramitação conjunta	5
Urgência para matéria	9
Votação em globo	5
Total Geral	118

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
01 a 30/11/2013

	PRES REP	SF	CD	TST	Total
PEC	0	1	1	-	2
PLC	3	-	5	3	11
PLS	-	9	-	-	9
SCD	-	1	-	-	1
PDS Atos Internacionais	3	-	-	-	3
PDS Rádio/TV	32	-	-	-	32
PRS	-	4	-	-	4
Total	38	15	6	3	62

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 01 a 30/11/2013

Fundamentação – RISF	Deferidos
Art.13 ⁽¹⁾	60
Art. 40 – sem ônus ⁽²⁾	1
Art. 43, I ⁽³⁾	4
Art. 43, II ⁽⁴⁾	1
Soma	66

Requerimentos de Retirada	0
----------------------------------	----------

- (1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
 (2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
 (3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e
 (4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 01 a 30/11/2013

Fundamentação – RISF	Aprovados
Art. 40 – com ônus ⁽¹⁾	27
Art. 43, I ⁽²⁾	0
Art. 43, II ⁽³⁾	0
Art. 67 ⁽⁴⁾	0
Soma	27

Missões não efetivadas ⁽⁵⁾	12
--	-----------

- (1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
 (2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
 (3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e
 (4) Representação do Senado Federal.
 (5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
04/02 a 30/11/2013

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	3
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	117
De Premiações E Condecorações	1
Especial	14
Não Deliberativa	78
Programa Senado Jovem Brasileiro	2
Total de sessões realizadas	217
Reunião	1
Reunião Preparatória	2

Quadro Geral de Matérias

04/02 a 30/11/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Transformada em Projeto de Resolução do Senado	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PEC	10	-	-	1	-	0	0	4	8	23
PLC	49	24	-	0	8	1	1	0	7	90
PLS	20	112	1	0	39	3	2	29	29	235
SCD	9	0	-	2	0	2	0	0	0	13
ECD	2	0	-	1	0	0	0	0	0	3
PDS Atos Internacionais	21	0	-	0	0	0	0	1	0	22
PDS Rádio/TV	0	263	-	0	0	0	0	0	0	263
Outros PDS	6	0	-	0	0	0	0	0	1	7
PRS	49	1	-	0	0	0	0	1	3	54
MSF	61	-	-	0	-	0	0	0	0	61
OFS	24	-	-	2	-	0	0	0	0	26
Total	251	400	1	6	47	6	3	35	48	797

Quadro Geral de Medidas Provisórias 04/02 a 30/11/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	5	0	1	6
PLV	-	24	0	24

Quadro de Requerimentos 04/02 a 30/11/2013

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	15
Audiência de comissão	91
Auditoria	7
Calendário especial	15
Congratulações, pesar e assemelhados	242
Convocação de autoridades	3
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	3
Criação ou alteração de comissão temporária	4
Desapensamento de matérias	24
Destaque	132
Encerramento de discussão	1
Extinção de urgência	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão de matéria na Ordem do Dia	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	198
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	207*
Não realização de sessão	1
Preferência	11
Prorrogação da sessão	1
Prorrogação de comissão temporária	4
Prorrogação de prazo de indicações	2
Prorrogação de prazos de comissão de código	3
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	39
Reexame de matéria por Comissão	3
Retirada de matéria	66
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	87
Urgência para matéria	75
Votação em globo	21
Voto de aplauso ou semelhante	7
Voto de censura ou semelhante	2
Total Geral	1287*

* O RQS 1269/2013 constou da Resenha de outubro/2013 como aprovado. No entanto, ele só foi aprovado em 06/11/2013, o que acarretou alterações nos quantitativos deste quadro.

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem 04/02 a 30/11/2013

	PRES REP	SF	CD	CN	TST	PGR	Total
PEC	0	7*	3*	-	-	-	10
PLC	22	-	46	-	4	1	73
PLS	-	132	-	-	-	-	132
SCD	-	9	-	-	-	-	9
ECD	-	2	-	-	-	-	2
PDS Atos Internacionais	21	-	-	-	-	-	21
PDS Rádio/TV	263	-	-	-	-	-	263
Outros PDS	-	5	0	1	-	-	6
PRS	-	50	-	-	-	-	50
Total	306	205	49	1	4	1	566

* Quantitativos recontabilizados em decorrência da correção da iniciativa da PEC 123/2011.

Quadro de Normas Geradas por Origem

01/01 a 30/11/2013

Leis por iniciativa									
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República				Tribunal de Contas da União	Tribunal Superior do Trabalho	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Procuradoria-Geral da República
		PLC	PLN	MPV	PLV				
17	32	22	2	5	27	1	2	1	1

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
2*	3	0

* Quantitativo recontabilizado em decorrência da correção da iniciativa da EMC 75/2013.

Quadros de Normas Geradas por Assunto

01/01 a 30/11/2013

Emendas Constitucionais. Total: 5

1. Administrativo. Total: 2

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1
Organização político-administrativa do Estado	1

2. Econômico. Total: 1

Assunto específico	Total
Tributação	1

3. Jurídico. Total: 1

Assunto específico	Total
Processo Legislativo	1

4. Social. Total: 1

Assunto específico	Total
Trabalho e emprego	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 110

1. Administrativo. Total: 25

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	7
Licitação e contratos	2
Organização político-administrativa do Estado	5
Servidores públicos	11

2. Econômico. Total: 36

Assunto específico	Total
Agricultura, pecuária e abastecimento	4
Desenvolvimento regional	2
Econômico	1
Minas e energia	3
Planejamento e orçamento	10
Política econômica e sistema financeiro	5
Recursos hídricos	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 110

2. Econômico. Total: 36

Assunto específico	Total
Tributação	8
Viação e transportes	2

3. Honorífico. Total: 10

Assunto específico	Total
Data comemorativa	5
Homenagem cívica	5

4. Jurídico. Total: 9

Assunto específico	Total
Defesa do consumidor	1
Defesa nacional e forças armadas	1
Direito aeronáutico e direito espacial	1
Direito civil e processual civil	2
Direito dos estrangeiros	1
Direito eleitoral e partidos políticos	1
Direito penal e processual penal	2

5. Social. Total: 30

Assunto específico	Total
Arte e cultura	2
Assistência social	1
Desenvolvimento social e combate à fome	1
Direitos humanos e minorias	3
Educação	7
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	1
Meio ambiente	2
Saúde	6
Social	1
Trabalho e emprego	6

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 01/01/2013 a 30/11/2013

Fundamentação – RISF	Deferidos	Retirados	Efetivos
Art.13 ⁽¹⁾	640	6	634
Art. 40 – sem ônus ⁽²⁾	11	0	11
Art. 43, I ⁽³⁾	82	0	82
Art. 43, II ⁽⁴⁾	41	0	41
Soma	774	6	768

(1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;

(3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e

(4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 01/01/2013 a 30/11/2013

Fundamentação – RISF	Aprovados	Não Efetivados ⁽⁵⁾	Efetivos
Art. 40 – com ônus ⁽¹⁾	212	46	166
Art. 43, I ⁽²⁾	5	0	5
Art. 43, II ⁽³⁾	1	0	1
Art. 67 ⁽⁴⁾	1	0	1
Soma	219	46	173

(1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;

(2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;

(3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e

(4) Representação do Senado Federal.

(5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/11/2013

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 22A/2000	Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 35-A e 35-B ao ADCT, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.	Antonio Carlos Magalhães	12/11/2013

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 43/2013	Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.	Fleury	26/11/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11

1. À sanção. Total: 11

Aprovada pelo Plenário. Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 81/2013	Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.	Presidente da República	19/11/2013
PLC 82/2013	Dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNIT - FCDNIT, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, e dá outras providências.	Presidente da República	19/11/2013
PLC 87/2013	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.	Tribunal Superior do Trabalho	21/11/2013
PLC 101/2013	Altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.	Presidente da República	26/11/2013
PLC 54/2013	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.	Tribunal Superior do Trabalho	28/11/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11**1. À sanção. Total: 11****Aprovada pelo Plenário. Total: 7**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 65/2013	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	Tribunal Superior do Trabalho	28/11/2013
PLC 86/2013	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Tribunal Superior do Trabalho	28/11/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 21/2012	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.	Carlos Bezerra	25/11/2013
PLC 45/2012	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.	Rebecca Garcia	25/11/2013
PLC 84/2012	Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.	Leonardo Vilela	25/11/2013
PLC 17/2010	Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.	Clodovil Hernandez	28/11/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 17**1. À Câmara dos Deputados. Total: 9****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 386/2012 Complementar	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Romero Jucá	27/11/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 356/2013	Altera a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, dispondo sobre as eleições e a composição dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agradomia, e dá outras providências.	Fernando Collor	11/11/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 17**1. À Câmara dos Deputados. Total: 9****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 8**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 358/2009	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.	Inácio Arruda	19/11/2013
PLS 250/2011	Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.	Flexa Ribeiro	19/11/2013
PLS 241/2008	Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo.	Expedito Júnior	25/11/2013
PLS 412/2008	Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.	Flávio Arns	25/11/2013
PLS 110/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.	Rodrigo Rollemberg	25/11/2013
PLS 680/2011	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.	Ana Rita	25/11/2013
PLS 478/2012	Institui o consórcio de empregadores urbanos.	Rodrigo Rollemberg	25/11/2013

2. Ao arquivo. Total: 8**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 215/2012	Inclui os servidores ocupantes dos cargos efetivos de Administrador e Contador na Estrutura Remuneratória Especial instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.	Gim	19/11/2013
PLS 286/2010	Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística.	Raimundo Colombo	22/11/2013
PLS 439/2008	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrívão constitui modalidade de deficiência física.	Arthur Virgílio	25/11/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 17**2. Ao arquivo. Total: 8****Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 236/2013	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para dispor sobre a concessão de bolsa de qualificação profissional ao beneficiário do Programa Bolsa Família.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	26/11/2013

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 99/2009	Determina a inclusão automática na "malha fina" das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.	Cristovam Buarque	05/11/2013

Retirada pelo autor. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 381/2011	Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno do empregado doméstico e seguro-desemprego.	Lídice da Mata	05/11/2013
PLS 400/2013	Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para restringir o direito do usuário de proibir a divulgação de seu código de acesso.	Vital do Rêgo	19/11/2013
PLS 485/2013	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para fixar em 65 (sessenta e cinco) anos a idade limite que caracteriza a pessoa idosa.	Paulo Davim	28/11/2013

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 2**1. Ao arquivo. Total: 1****Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 303/2009	Altera o § 4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica.	Gim	01/11/2013

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 2**2. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 441/2012	Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais.	Romero Jucá	20/11/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35**1. À promulgação. Total: 35****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 213/2013	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	21/11/2013
PDS 214/2013	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	21/11/2013
PDS 267/2013	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Cingapura, em 14 de dezembro de 2011.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	21/11/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 32

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 555/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 568/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 108/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 112/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CRUZ MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 32

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 118/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 125/2013	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 127/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 129/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 131/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 133/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 135/2013	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CURIONÓPOLIS - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 137/2013	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 138/2013	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA - APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 139/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SERTÃO SANTANA – ACORASERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 141/2013	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 142/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COQUEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 144/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 32

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 149/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA AMIGOS DE CÔRREGO DO OURO - ARACOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 153/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 154/2013	Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 156/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 160/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 170/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 171/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 172/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juitituba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 180/2013	Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 183/2013	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 185/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 191/2013	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARARANGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 192/2013	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MAMPITUBA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35**1. À promulgação. Total: 35****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 32**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 194/2013	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013
PDS 195/2013	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/11/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 4**1. À promulgação. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 45/2011	Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.	Lídice da Mata	20/11/2013
PRS 81/2013	Altera o art 2º da Resolução nº 21, de 2013, que "autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Comissão de Assuntos Econômicos	26/11/2013
PRS 85/2013	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	26/11/2013
PRS 12/2007	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana e dá outras providências.	Mozarildo Cavalcanti	28/11/2013

Matéria: Mensagem (sf). Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 64/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.	Presidente da República	26/11/2013
MSF 65/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.	Presidente da República	26/11/2013
MSF 76/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.	Presidente da República	26/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118**Aprovada pelo Plenário. Total: 61**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1269/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 10 a 12 de novembro de 2013, a fim de participar da Sessão Preparatória, da Sessão Especial e da XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, convocadas para os dias 11 e 12 de novembro de 2013, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.	Antonio Carlos Valadares	06/11/2013
RQS 1270/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1205, de 2013, aprovado em 15 de outubro passado, que seja alterado o período de realização da missão ali especificada de 24 a 26 de outubro para 7 a 9 de novembro.	Mozarildo Cavalcanti	06/11/2013
RQS 1288/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 - PLEN, oferecida à PEC 22A, de 2000.	Aloysio Nunes Ferreira	06/11/2013
RQS 1296/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, para participar do Ciclo de Debates sobre o Programa do Sistema de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, nos municípios de Ponta Porã, Corumbá e Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	Delcídio do Amaral	06/11/2013
RQS 1302/2013	Requerem a votação em globo da Emenda nº 9-PLEN e da Subemenda da CCJ à Emenda nº 2-PLEN, oferecidas ao Substitutivo à PEC 22A/2000.	Eduardo Braga	06/11/2013
RQS 1280/2013	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e para os fins do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 02 a 06 de dezembro de 2013, a fim de representar o Senado Federal na Octopus Conference on Cooperation against Cybercrime, organizado pelo Conselho da Europa, em Strasbourg, França, de 04 a 06 de dezembro de 2013. Comunica ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 30 de novembro a 07 de dezembro de 2013.	Cyro Miranda	07/11/2013
RQS 1298/2013	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação na Reunião de Mulheres Parlamentares, a convite da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a realizar-se dias 18 e 19 de novembro de 2013, em Washington, nos Estados Unidos. Comunica, ainda, conforme disposto no art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 17 a 20 de novembro de 2013.	Ana Amélia	07/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118

Aprovada pelo Plenário. Total: 61

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1306/2013	Requer, em aditamento ao RQS 1.106/2013, a modificação do período de licença para 16 a 24 de setembro de 2013.	Jorge Viana	07/11/2013
RQS 1307/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 5 de dezembro de 2013, para participar da Conferência Parlamentar da União Interparlamentar - UIP, por ocasião da Reunião Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, conforme indicação da Presidência.	Ciro Nogueira	07/11/2013
RQS 1304/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial na Polônia, com ônus para a Casa, no período de 17 a 22 de novembro de 2013, para participar da COP 19, 192ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) - em Varsóvia, Polónia. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 16 a 25 de novembro de 2013.	João Capiberibe	12/11/2013
RQS 1309/2013	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, de 16 a 22 de novembro de 2013, quando estará representando o Senado Federal na visita à região amazônica do Equador, no período de 17 a 21 de novembro de 2013, a fim de observar in situ os danos ambientais causados pelas operações irresponsáveis da companhia transnacional de petróleo Chevron-Texaco, em Quito, e comunica que estará ausente do País no período de 16 a 22 de novembro de 2013.	Inácio Arruda	12/11/2013
RQS 1311/2013	Requer, para fins do que dispõe o art. 40, § 2º, licença para afastar-se dos trabalhos da Casa, no dia 25 de novembro de 2013, com a finalidade de representar o Senado Federal no Seminário "Aquacultura e Pescas Portugal-Brasil", a realizar-se na Universidade de Aveiro, Portugal, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País no período compreendido entre 22 a 25 de novembro de 2013.	Eduardo Lopes	12/11/2013
RQS 985/2013	Requer, nos termos dos arts. 70 e 71, VII, da Constituição Federal, c/c Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Tribunal de Contas da União relativas às obras públicas financiadas com recursos federais que se encontram paralisadas.	Aécio Neves	13/11/2013
RQS 1313/2013	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 20 a 22 de novembro de 2013, a fim de representar o Senado Federal na Reunião Extraordinária da Comisión de Seguridad Ciudadania, Combate y Prevención al Narcotráfico, Terrorismo y Crimen Organizado, a realizar-se no período de 21 a 22 de novembro de 2013, na cidade do Panamá, Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período entre 20 e 23 de novembro de 2013.	Roberto Requião	14/11/2013
RQS 1314/2013	Requer, nos termos regimentais que adota de licença constante no Requerimento nº 1.242, de 2013, seja modificado para o período de 13 a 15 de novembro de 2013. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 12 a 19 de novembro do mesmo ano.	Luiz Henrique	14/11/2013
RQS 1317/2013	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, quando participará da COP 19 (Conferência das Partes da UNFCCC), no período compreendido entre 17 a 26 de novembro de 2013, em Varsóvia/Polónia, a qual tem como objetivo avaliar o progresso em lidar com as mudanças climáticas do planeta, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 17 a 26 de novembro de 2013.	Anibal Diniz	14/11/2013
RQS 1331/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 25 a 30 de novembro de 2013, para representar o Senado Federal, na qualidade de observador parlamentar, na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.	Antonio Carlos Valadares	14/11/2013
RQS 1204/2013	Requerem, nos termos dos arts. 154 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 8 de novembro de 2013, em homenagem ao centenário de fundação da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).	Delcídio do Amaral	19/11/2013
RQS 1245/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1204, de 2013, que a referida Sessão Especial seja realizada no dia 29 de novembro do corrente ano.	Delcídio do Amaral	19/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118

Aprovada pelo Plenário. Total: 61

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1342/2013	Requer que a licença dos trabalhos da Casa aprovada no Requerimento nº 1.253/2013 seja modificada para o período de 2 a 4 de dezembro de 2013, em virtude do adiamento das reuniões da Mesa Diretiva do Mercosul, que se realizariam em 11 e 12 de novembro. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estará ausente do País entre os dias 1º e 4 de dezembro do corrente.	Roberto Requião	19/11/2013
RQS 1346/2013	Requer, em aditamento do RQS nº 546, de 2013, nos termos do art. 40 do RISF, seja considerado como prazo do desempenho da autorização da missão oficial à Alemanha, da qual participou com ônus para a Casa, inclusive dia 05 de junho, tendo em vista o traslado ao referido País.	João Capiberibe	19/11/2013
RQS 1348/2013	Requer, nos termos do artigo 40, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos no período de 25 a 30 de novembro de 2013, quando representarei o Senado Federal em missão oficial no Exterior, com ônus para esta Casa, para participar do Women in Parliaments Global FORUM, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, Bélgica. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período citado.	Angela Portela	19/11/2013
RQS 1163/2013	Requer, nos termos regimentais, que o PLS 133/2013 seja apreciado, também, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Wellington Dias	20/11/2013
RQS 1174/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, seja ouvida, além das Comissões constantes do despacho inicial, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Wellington Dias	20/11/2013
RQS 1175/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, seja ouvida, além das Comissões constantes do despacho inicial, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Wellington Dias	20/11/2013
RQS 1180/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do RISF, que o PLS nº 56/2012 seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993).	Francisco Dornelles	20/11/2013
RQS 1182/2013	Requer que o PLS 467, de 2008-Complementar, que já se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº(s) 242/2007; 481/2007; 701/2007; 90/2010; 344/2011 e 136/2012, todos complementares, passe a tramitar também em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº(s) 130/2007; 246/2011; 270/2012; 181/2013; 201/2013; 329/2013; 353/2013 e 354/2013, todos Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	20/11/2013
RQS 1247/2013	Requer, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255, combinado com o art. 104-C, incisos II, III, IV, VII e VIII do RISF, que o PLS nº 330, de 2013, seja apreciado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	Zeze Perrella	20/11/2013
RQS 1303/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais, além das comissões constantes do despacho inicial.	Sérgio Souza	20/11/2013
RQS 1340/2013	Requer, nos termos do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 106/2013-Complementar, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Acir Gurgacz	20/11/2013
RQS 1351/2013	Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, urgência para o Projeto de Resolução nº 81, de 2013.	Comissão de Assuntos Econômicos	20/11/2013
RQS 1361/2013	Requer destaque do art. 100 da Lei 9504/97, constante do art. 3º do PLS 441/2012, a fim de que seja incluído na Substitutivo da Câmara dos Deputados.	Aloysio Nunes Ferreira	20/11/2013
RQS 1362/2013	Requer destaque da emenda da Câmara dos Deputados ao art. 100-A da Lei 9504/97, para manter a redação aprovada pelo Senado Federal no PLS 441/2012.	Humberto Costa	20/11/2013
RQS 1364/2013	Requer detaque para votação em separado da redação proposta ao inciso III do art. 24 da Lei 9.504/97, constante no art. 3º do PLS 441/2012.	Valdir Raupp	20/11/2013
RQS 1365/2013	Requer votação em globo dos requerimentos de destaque para o SCD 441/2012, ressalvado o RQS 1361/2013, apresentado pelos Senadores José Agripino e Aloysio Nunes Ferreira.	Romero Jucá	20/11/2013
RQS 1366/2013	Requer votação em globo dos dispositivos de parecer favorável do SCD 441/2012.	Romero Jucá	20/11/2013
RQS 1367/2013	Requer votação em globo dos dispositivos com parecer contrário do SCD 441/2012.	Romero Jucá	20/11/2013
RQS 1368/2013	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 1239, de 2013, de autoria do Senador Mário Couto.	Mário Couto	20/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118

Aprovada pelo Plenário. Total: 61

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1374/2013	Requer urgência para o PLC 87/2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	21/11/2013
RQS 1369/2013	Requer que a licença dos trabalhos da Casa aprovada por meio do Requerimento nº 1229, de 2013 seja modificada para o período de 2 a 3 de dezembro de 2013, em virtude do adiamento das reuniões da Mesa Diretiva do Mercosul, que realizariam em 11 e 12 de novembro. Comunica, ainda, que estará ausente do País entre os dias 1º e 4 de dezembro do corrente.	Ana Amélia	26/11/2013
RQS 1372/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1254, de 2013, e em face do cancelamento das Reuniões do Parlamento do Mercosul convocadas para os dias 11 e 12 de novembro do corrente, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, no período de 1º a 4 de dezembro de 2013, em Montevidéu, no Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 1º a 4 de dezembro do mesmo ano.	Luiz Henrique	26/11/2013
RQS 1389/2013	Requerem, nos termos do artigo 336, inciso II, RISF, urgência para apreciação do PLC 111/2013.	Líderes Partidários	26/11/2013
RQS 1390/2013	Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2012 - Complementar.	Comissão de Assuntos Econômicos	26/11/2013
RQS 1391/2013	Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	26/11/2013
RQS 1392/2013	Solicita destaque para votação em separado do art. 47 da CF constante do art. 1º da PEC 43/2013, em segundo turno.	Romero Jucá	26/11/2013
RQS 1393/2013	Solicita destaque para votação em separado do art. 52 da CF, constante do art. 1º da PEC 43/2013, em segundo turno.	Romero Jucá	26/11/2013
RQS 1396/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2009, por versarem a mesma matéria. À SGCLSF.	Inácio Arruda	26/11/2013
RQS 1397/2013	Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	26/11/2013
RQS 1322/2013	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 02.12.2013, a fim de comemorar os 30 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP.	Paulo Paim	27/11/2013
RQS 1373/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1269/2013, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, durante os dias 2 e 3 de dezembro de 2013, para participar das Sessões Preparatória, Especial e XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País durante o período de 1º a 3 de dezembro de 2013.	Antonio Carlos Valadares	27/11/2013
RQS 1380/2013	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 01 a 03 de dezembro de 2013, como membro titular da Representação Brasileira, na Sessão Preparatória, Sessão Especial e 28ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, que ocorrerão em Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento, que estará ausente do País, no período supracitado.	Eduardo Suplicy	27/11/2013
RQS 1381/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos legislativos, no período de 09 a 11 de dezembro de 2013, para participar, com ônus para a Casa, das atividades em Homenagem aos 25 anos da Morte de Chico Mendes, a serem realizadas nas cidades de Milão, Cantú, Monza, Magenta, Reggio Emilia e Modena. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 07 a 12 de dezembro de 2013.	Jorge Viana	27/11/2013
RQS 1382/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1238, de 2013, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 14 de dezembro do corrente ano, para participar da 68ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Comunica, ainda, que estará ausente do País nos dias mencionados.	Inácio Arruda	27/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118

Aprovada pelo Plenário. Total: 61

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1383/2013	Requer, em aditamento ao RQS 1331/2013, nos termos do art. 40 do RISF, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, de 08 a 13 de dezembro de 2013, para participar dos trabalhos da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos. Comunica, ainda, que estará ausente do País, no período de 08 a 14 de dezembro de 2013.	Antonio Carlos Valadares	27/11/2013
RQS 1386/2013	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 04 a 07 de dezembro de 2013, para conhecer as instalações da Boeing em St. Louis, Estados Unidos, onde é produzido o caça F/A 18 Super Hornet, um dos concorrentes da licitação FX-2.	Ricardo Ferraço	27/11/2013
RQS 1395/2013	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 1252, de 2013, licença dos trabalhos da Casa, de 1 a 3 de dezembro próximo, por ter sido convocado para participar da Reunião da Mesa Diretora da Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu - Uruguai, nos dias 2 e 3 de dezembro próximo. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do país no período de 1 a 3 de dezembro próximo.	Inácio Arruda	27/11/2013
RQS 1406/2013	Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do RISF, urgência para a tramitação do PLC nº 77/2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/11/2013
RQS 1407/2013	Requer, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do RISF, urgência para a tramitação do PLS nº 222/2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/11/2013
RQS 1409/2013	Requer, nos termos do art. 4412, III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o prazo final da "Comissão Temporária criada com a finalidade de examinar os Projetos de Lei do Senado nº 281, 282 e 283, de 2013, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor", seja prorrogado até o término da presente sessão legislativa ordinária.	Rodrigo Rollemberg	27/11/2013
RQS 1410/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 2 a 5 de dezembro próximo, para representar o Senado Federal na cidade de Berlim, Alemanha, na Cúpula Mundial da Família +9. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no citado período.	Maria do Carmo Alves	28/11/2013
RQS 1416/2013	Requer, nos termos do art. 336, II, do RISF, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2007.	Líderes Partidários	28/11/2013

Aprovada pela Mesa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1246/2013	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 56 de 2013 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 345, 346 e 376 de 2013.	Walter Pinheiro	13/11/2013
RQS 1272/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 88, de 2007; e 25, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.	Cyro Miranda	13/11/2013
RQS 1274/2013	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2013, seja apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2011, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 405 e 406, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	13/11/2013
RQS 1282/2013	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, dos Projetos de Lei do Senado nºs 181 e 495, de 2007; e 106, de 2011.	Cristovam Buarque	13/11/2013
RQS 1305/2013	Requer o desapensamento do PLS 406/2013 dos projetos com os quais tramita em conjunto: PLS 517/2011 e PLS 405/2013.	Vital do Rêgo	13/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118**Deferida pela Mesa. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 857/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação, sobre pedidos de autorização para funcionamento de novos cursos de medicina protocolados naquele órgão.	Jarbas Vasconcelos	13/11/2013
RQS 889/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES.	Angela Portela	13/11/2013
RQS 999/2013	Requer, nos termos dos arts. 70 e 74, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, relativas às obras públicas financiadas com recursos federais.	Aécio Neves	13/11/2013
RQS 1036/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca do edital de concessão do processo de concessão à iniciativa privada do trecho rodoviário federal que liga Açailândia, no Maranhão, ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena no Pará.	Jader Barbalho	13/11/2013
RQS 1132/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça pedido de informações sobre a Política Nacional de Segurança Pública.	Jader Barbalho	13/11/2013
RQS 1171/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações a Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativas às ações do PAC realizadas em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e com diversos Municípios desse Estado.	Aécio Neves	13/11/2013
RQS 1172/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Sra Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos Municípios de Minas Gerais.	Aécio Neves	13/11/2013
RQS 1185/2013	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, informações acerca do planejamento a ser executado para a melhoria dos indicadores de satisfação levantados pela pesquisa da Secretaria de Aviação Civil -SEAC.	Vanessa Grazziotin	13/11/2013
RQS 1198/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa, acerca de fatos acontecidos no Brasil de 1946 a 1988.	Randolfe Rodrigues	13/11/2013

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1310/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1.191, de 2013, seja alterado o período para realização da missão especificada, de 24 a 26 de outubro para 07 a 09 de novembro de 2013.	Osvaldo Sobrinho	08/11/2013

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1281/2013	Requer, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2011.	Lídice da Mata	05/11/2013
RQS 1283/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 1139, de 2013.	Vital do Rêgo	05/11/2013
RQS 1347/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada do PLS nº 400, de 2013.	Vital do Rêgo	19/11/2013
RQS 1412/2013	Requer, nos termos do art. 256, I, do RISF, a retirada, em definitivo, do PLS nº 485, de 2013.	Paulo Davim	28/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118

Encaminhada pela Presidência. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1308/2013	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Élcio Assayag, bem como seja encaminhado o referido voto aos seus familiares e amigos.	Vanessa Grazziotin	07/11/2013
RQS 1316/2013	Requer voto de aplauso a André Lucas Melo, primeiro brasileiro selecionado para participar do programa "Wise Learners".	Anibal Diniz	12/11/2013
RQS 1318/2013	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista, radialista e militante comunista Sr. Messias Araujo Pontes.	Inácio Arruda	12/11/2013
RQS 1325/2013	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do RISF, Voto de Pesar pelo falecimento do atleta amazonense Pedro Nicolas Sena da Silva.	Vanessa Grazziotin	13/11/2013
RQS 1326/2013	Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Procuradora Tatiana Dornelles, que assumiu o cargo de procuradora-chefe no Ministério Público Federal no Amazonas.	Vanessa Grazziotin	13/11/2013
RQS 1327/2013	Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Programa Bolsa Família que completou dez anos.	Vanessa Grazziotin	13/11/2013
RQS 1349/2013	Requer, nos termos do artigo 222, do RISF, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio RCC FM, pelo transcurso dos 30 anos de sua fundação, ocorrido no dia 15 de novembro de 2013.	Ana Amélia	19/11/2013
RQS 1370/2013	Requer, nos termos do art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas condolências à família da jovem piauiense Júlia Rebeca, falecida no dia 10/11, na cidade de Parnaíba/PI.	Wellington Dias	20/11/2013
RQS 1387/2013	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do RISF, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 21 de novembro de 2013, da senhora Maria Antonieta Queiroz Lindenberg, Presidente da Rede Gazeta.	Ricardo Ferraço	26/11/2013
RQS 1388/2013	Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento ocorrido no último dia 25 do corrente, do artista plástico Gilvan Samico, que dignificou o Estado de Pernambuco e deixou sua obra registrada internacionalmente.	Jarbas Vasconcelos	26/11/2013
RQS 1405/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de Congratulações e Aplausos, para o Atlético Rio Negro Clube, que comemora 100 anos de existência no dia 13 de novembro de 2013.	Vanessa Grazziotin	27/11/2013
RQS 1408/2013	Requer, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-jogador de futebol Nilton Santos.	Eduardo Suplicy	27/11/2013
RQS 1411/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Rádio Difusora, que está comemorando 65 anos, no dia 24 de novembro de 2013.	Vanessa Grazziotin	28/11/2013

Rejeitada pelo Plenário. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1284/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "públicos" constante do § 9º do art. 166, incluído pelo art. 1º do Substitutivo à PEC 22A, de 2000, para que seja essa suprimida do texto.	Francisco Dornelles	06/11/2013
RQS 1286/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado de trecho de Emenda à PEC 22A, de 2000.	Pedro Taques	06/11/2013
RQS 1287/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque, para votação em separado, da emenda nº 3 à PEC nº 22A, de 2000.	Antonio Carlos Valadares	06/11/2013
RQS 1289/2013	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 5 à PEC nº 22A, de 2000.	Romero Jucá	06/11/2013
RQS 1290/2013	Requer, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 6-PLN à PEC 22A, de 2000.	Humberto Costa	06/11/2013
RQS 1291/2013	Requer, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da emenda nº 7-PLN à PEC 22-A, de 2000.	Humberto Costa	06/11/2013
RQS 1293/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado de parte da Emenda nº 10 - PLN, apresentada à PEC nº 22A, de 2000.	Humberto Costa	06/11/2013

Matéria: Requerimento. Total: 118**Rejeitada pelo Plenário. Total: 19**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1294/2013	Requerem, nos termo regimentais, votação em globo dos requerimentos de destaque ao Substitutivo à PEC 22A, de 2000.	Eduardo Braga	06/11/2013
RQS 1333/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado, do art. 1º da PEC nº 43, de 2013, referente às alterações propostas ao art. 47 da Constituição Federal.	Lobão Filho	13/11/2013
RQS 1352/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso IV do art. 44 da Lei 9.096/95.	Humberto Costa	20/11/2013
RQS 1353/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao parágrafo único do art. 24 da Lei 9.504/97.	Humberto Costa	20/11/2013
RQS 1354/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso III do art. 24 da Lei 9.504/97.	Humberto Costa	20/11/2013
RQS 1355/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao art. 36-B da Lei 9.504/97.	Humberto Costa	20/11/2013
RQS 1356/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso IV do art. 51 da Lei 9.504/97, na forma da redação original do art. 3º, do PLS 441/2012, para que seja votada separadamente.	Pedro Taques	20/11/2013
RQS 1357/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao inciso III do artigo 24 da Lei 9.504/97, na forma da redação original do art. 3º do PLS 441/2012.	Pedro Taques	20/11/2013
RQS 1358/2013	Requer destaque para votação em separado da emenda supressiva da Câmara dos Deputados ao § 6º do art. 44 da Lei 9096/95, na forma da redação original do art. 2º do PLS 441/2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado.	Pedro Taques	20/11/2013
RQS 1359/2013	Requer destaque para votação em separado da modificação do inciso III, do § 8º, do art. 11 da lei 9504/97, na forma da redação original do art. 3º do PLS 441/2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado.	Pedro Taques	20/11/2013
RQS 1360/2013	Requer destaque do inciso IV do art. 44, da Lei 9096/95, na forma da redação original do art. 2º do PLS 441/2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja rejeitado.	Pedro Taques	20/11/2013
RQS 1363/2013	Requer o destaque do art. 100-A da Lei 9504/97, previsto na redação original do art. 3º do PLS 441/2012, para que seja votado separadamente e, no mérito, seja aprovado.	Pedro Taques	20/11/2013

Retirada pelo autor. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1139/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações esclarecimentos sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).	Vital do Rêgo	05/11/2013
RQS 1285/2013	Requer, nos termos do art. 312, II, combinado com o art. 361, § 2, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 3º do substitutivo da PEC 22A, de 2000.	Ana Amélia	05/11/2013
RQS 1292/2013	Requer, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 8-PLN à PEC 22-A, de 2000.	Aloysio Nunes Ferreira	05/11/2013
RQS 1334/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado, do art. 1º da PEC nº 43, de 2013, referente às alterações propostas ao art. 52 da Constituição Federal.	Lobão Filho	13/11/2013
RQS 1335/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado, do art. 1º da PEC nº 43, de 2013, referente às alterações propostas ao art. 66 da Constituição Federal.	Lobão Filho	13/11/2013
RQS 1239/2013	Requer, nos termos regimentais, que sobre o PLC 34/2013 seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	Mário Couto	20/11/2013

Matéria: Requerimento de Licença aprovado em Plenário (total: 27)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Ana Amélia	1298	2013	40	18/11/2013 e 19/11/2013	Missão - participar da Reunião de Mulheres Parlamentares, a convite da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em Washington, nos Estados Unidos
	1369	2013	40	02/12/2013 e 03/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.229 de 2013 - altera o período da missão para os dias 02 e 03 de dezembro de 2013, em virtude do adiamento das reuniões da Mesa Diretiva do Mercosul
Angela Portela	1348	2013	40	De 25/11/2013 a 30/11/2013	Missão - participar do Women in Parliaments Global FORUM, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, Bélgica
Anibal Diniz	1317	2013	40	De 17/11/2013 a 26/11/2013	Missão - participar da COP 19 (Conferência das Partes da UNFCCC), a qual tem como objetivo avaliar o progresso em lidar com as mudanças climáticas do planeta, em Varsóvia, Polônia
Antonio Carlos Valadares	1295	2013	40	13/11/2013 e 14/11/2013	Missão - comparecer à Festa Oficial dos 30 anos da Fazenda Esperança, em Guaratinguetá-SP
	1331	2013	40	De 25/11/2013 a 30/11/2013	Missão - representar o Senado Federal, na qualidade de observador parlamentar, na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos
	1373	2013	40	02/12/2013 e 03/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.269 de 2013 - altera o período da missão para os dias 02 e 03 de dezembro de 2013
	1383	2013	40	De 08/12/2013 a 13/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.331 de 2013 - altera o período da missão para de 08 a 13 de dezembro de 2013
Ciro Nogueira	1307	2013	40	De 02/12/2013 a 05/12/2013	Missão - participar, conforme indicação da Presidência, da Conferência Parlamentar da União Interparlamentar - UIP, por ocasião da Reunião Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia
Cyro Miranda	1280	2013	40	De 02/12/2013 a 06/12/2013	Missão - representar o Senado Federal na "Octopus Conference on Cooperation against Cybercrime", organizado pelo Conselho da Europa, em Strasbourg, França
Delcídio do Amaral	1296	2013	40	07/11/2013 e 08/11/2013	Missão - participar do Ciclo de Debates sobre o Programa do Sistema de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, nos municípios de Ponta Porã-MT, Corumbá-MT e Campo Grande-MT

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Eduardo Lopes	1311	2013	40	25/11/2013	Missão - representar o Senado Federal no Seminário "Aquacultura e Pesca Portugal-Brasil", na Universidade de Aveiro, Portugal
Eduardo Suplicy	1380	2013	40	De 01/12/2013 a 03/12/2013	Missão - participar, como membro titular da Representação Brasileira, na Sessão Preparatória, Sessão Especial e 28ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai
Inácio Arruda	1309	2013	40	De 16/11/2013 a 22/11/2013	Missão - representar o Senado Federal na visita à região amazônica do Equador a fim de observar in situ os danos ambientais causados pelas operações irresponsáveis da companhia transnacional de petróleo Chevron-Texaco, em Quito, Equador
	1382	2013	40	De 08/12/2013 a 14/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.238 de 2013 - altera o período da missão para de 08 a 14 de dezembro de 2013
	1395	2013	40	De 01/12/2013 a 03/12/2013	Aditamento do RQS nº 1.252 de 2013 - altera o período da missão para os dias 01 a 03 de dezembro de 2013
João Capiberibe	1304	2013	40	De 17/11/2013 a 22/11/2013	Missão - participar da COP 19, 192ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) - em Varsóvia, Polónia
	1346	2013	40	De 05/06/2013 a 08/06/2013	Aditamento ao RQS nº 546, de 2013 - altera o período da missão para de 05 a 08 de junho de 2013
Jorge Viana	1306	2013	40	De 16/09/2013 a 24/09/2013	Aditamento ao RQS nº 1.016 de 2013 - altera a data da missão para de 16 a 24 de setembro de 2013
	1381	2013	40	De 09/12/2013 a 11/12/2013	Missão - participar das atividades em Homenagem aos 25 anos da Morte de Chico Mendes, nas cidades de Milão, Cantú, Monza, Magenta, Reggio Emilia e Modena, Itália
Luiz Henrique	1314	2013	40	De 13/11/2013 a 15/11/2013	Aditamento ao Requerimento nº 1.242, de 2013, no sentido de alterar-lhe o período para 13/11/2013 a 15/11/2013.
	1372	2013	40	De 01/12/2013 a 04/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.254 de 2013 - altera o período da missão para de 1º a 4 de dezembro de 2013, em face do adiamento das reuniões do Parlamento do Mercosul
Maria do Carmo Alves	1410	2013	40	De 02/12/2013 a 05/12/2013	Missão - representar o Senado Federal na Cúpula Mundial da Família +9, em Berlim, Alemanha
Osvaldo Sobrinho	1310	2013	40	De 07/11/2013 a 09/11/2013	Aditamento ao Requerimento nº 1.191, de 2013 - altera o período da missão para de 07 a 09 de novembro de 2013

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Ricardo Ferraço	1386	2013	40	De 04/12/2013 a 07/12/2013	Missão - conhecer as instalações da Boeing onde é produzido o caça F/A-18 Super Homet, um dos concorrentes da licitação FX-2, em St. Louis, Estados Unidos
Roberto Requião	1313	2013	40	De 20/11/2013 a 22/11/2013	Missão - representar o Senado Federal na Reunião Extraordinária da Comision de Seguridad Ciudadania, Combate y Prevencion al Narcotráfico, Terrorismo y Crimen Organizado, na Cidade do Panamá, Panamá
	1342	2013	40	De 02/12/2013 a 04/12/2013	Aditamento ao RQS nº 1.253 de 2013 - altera o período da missão para de 02 a 04 de dezembro de 2013, em virtude do adiamento das reuniões da Mesa Diretiva do Mercosul

Matéria: Requerimento de Licença deferido pela Mesa (total: 66)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Acir Gurgacz	773	2013	13	De 25/11/2013 a 28/11/2013	Atividade Parlamentar
Angela Portela	754	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
Antonio Carlos Rodrigues	742	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
	774	2013	13	28/11/2013	Atividade Parlamentar
Armando Monteiro	726	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	741	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
	757	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
Casildo Maldaner	771	2013	13	27/11/2013	Atividade Parlamentar
Cássio Cunha Lima	747	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Cícero Lucena	737	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
	737	2013	13	19/11/2013	Atividade Parlamentar
	769	2013	13	26/11/2013	Atividade Parlamentar
Clésio Andrade	748	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Cristovam Buarque	740	2013	13	De 20/11/2013 a 22/11/2013	Atividade Parlamentar
	778	2013	13	03/12/2013 e 04/12/2013	Atividade Parlamentar
Cyro Miranda	738	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Delcídio do Amaral	734	2013	13	De 12/11/2013 a 14/11/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Braga	730	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Lopes	720	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	721	2013	13	12/11/2013	Atividade Parlamentar
	753	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
Epitácio Cafeteira	764	2013	43, I	De 20/11/2013 a 26/11/2013	Licença Saúde
Eunício Oliveira	759	2013	43, II	21/11/2013	Licença Particular
Fernando Collor	714	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
	731	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	775	2013	13	28/11/2013	Atividade Parlamentar
Francisco Dornelles	743	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Garibaldi Alves	719	2013	43, I	De 05/11/2013 a 08/11/2013	Licença Saúde
	752	2013	43, I	De 10/11/2013 a 08/01/2014	Licença Saúde
Inácio Arruda	745	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Jader Barbalho	760	2013	13	De 19/11/2013 a 21/11/2013	Atividade Parlamentar
João Alberto Souza	727	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
João Capiberibe	761	2013	13	13/06/2013	Atividade Parlamentar
	777	2013	13	28/11/2013	Atividade Parlamentar
João Ribeiro	746	2013	43, I	De 12/11/2013 a 11/12/2013	Licença Saúde
João Vicente Claudino	765	2013	13	26/11/2013	Atividade Parlamentar

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Jorge Viana	717	2013	13	05/11/2013	Atividade Parlamentar
	718	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	762	2013	40	De 25/11/2013 a 27/11/2013	Missão sem ônus - compor a delegação brasileira da 49ª Sessão do Conselho Internacional de Madeira Tropical, em Libreville, Gabão
José Agripino	722	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
Kátia Abreu	715	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
	716	2013	13	De 05/11/2013 a 15/11/2013	Atividade Parlamentar
Lobão Filho	724	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
Lúcia Vânia	750	2013	13	19/11/2013	Atividade Parlamentar
Luiz Henrique	770	2013	13	27/11/2013	Atividade Parlamentar
Magno Malta	723	2013	13	06/11/2013	Atividade Parlamentar
	732	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	768	2013	13	26/11/2013	Atividade Parlamentar
Mozarildo Cavalcanti	749	2013	13	05/11/2013 e 06/11/2013	Atividade Parlamentar
Osvaldo Sobrinho	744	2013	13	14/11/2013	Atividade Parlamentar
Paulo Davim	756	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
Paulo Paim	739	2013	13	12/11/2013	Atividade Parlamentar
Pedro Simon	733	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	758	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
Rodrigo Rollemberg	766	2013	13	27/11/2013	Atividade Parlamentar
Romero Jucá	755	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
	772	2013	13	28/11/2013	Atividade Parlamentar
Sérgio Petecão	736	2013	13	13/11/2013	Atividade Parlamentar
Valdir Raupp	725	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	763	2013	13	21/11/2013	Atividade Parlamentar
	776	2013	13	28/11/2013	Atividade Parlamentar
Vital do Rêgo	728	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
Wilder Moraes	751	2013	13	De 19/11/2013 a 21/11/2013	Atividade Parlamentar
Zeze Perrella	729	2013	13	07/11/2013	Atividade Parlamentar
	735	2013	13	De 12/11/2013 a 14/11/2013	Atividade Parlamentar
	767	2013	13	De 26/11/2013 a 28/11/2013	Atividade Parlamentar

Matéria: Cancelamento de Missão (total: 12)

Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal

Novembro de 2013			
Senador(a)	Expediente	Requerimento de Missão	Descrição
Antonio Carlos Valadares	Of. GSACAR nº 133/2013	RQS nº 1.269 de 2013	Comunica o cancelamento das reuniões do Parlamento do Mercosul que aconteceriam nos dias 11 e 12 de novembro do corrente ano, em Montevideu, Uruguai
	Of. GSACAR nº 134/2013	RQS nº 1.295 de 2013	Comunica o cancelamento de sua participação na Festa Oficial dos 30 anos da Fazenda Esperança, nos dias 13 e 14 de novembro, na Cidade de Guaratinguetá-SP
	Of. GSACAR nº 144/2013	RQS nº 1.373 de 2013	Comunica que, em virtude do falecimento do Excelentíssimo Senhor Governador Marcelo Deda, não pôde comparecer às Sessões Preparatória, Especial e XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2013, em Montevideu, Uruguai
Cícero Lucena	Of. GSCLUC nº 206/2013	RQS nº 966 de 2013	Comunica que não pôde participar, em virtude de força maior, de diligência externa para acompanhar o andamento das obras de Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica, em 30 de agosto do corrente, em Serra Talhada-PE
	Of. GSCLUC nº 205/2013	RQS nº 1.150 de 2013	Comunica que não pôde participar, em virtude de força maior, da Sessão Solene de inauguração do Edifício Sede do Parlamento Latino Americano e de sua 29ª Assembleia Ordinária, no período de 16 a 20 de outubro de 2013
Ciro Nogueira	Of. GSCNOG nº 199/2013	RQS nº 958 de 2013	Comunica que não pôde participar, como integrante da delegação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, da 129ª Assembleia da União Interparlamentar, no período de 6 a 9 de outubro do corrente, em Genebra, Suíça
	Of. GSCNOG nº 222/2013	RQS nº 1.307 de 2013	Comunica a impossibilidade de comparecer à Conferência Parlamentar da União Interparlamentar - UIP, cuja missão estava prevista para o período de 02 a 05 de novembro de 2013
Cyro Miranda	Of. GSCMIR nº 192/2013	RQS nº 967 de 2013	Comunica a impossibilidade de comparecer à Sessão Solene de Abertura do 19º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, que se realizou no dia 9 de setembro do corrente, na cidade de Salvador-BA

Senador(a)	Expediente	Requerimento de Missão	Descrição
Eduardo Suplicy	Of. GSESUP nº 905/2013	RQS nº 1.262 de 2013	Comunica o cancelamento das reuniões do Parlamento do Mercosul que aconteceriam no período de 10 a 12 de novembro do corrente, em Montevideú, Uruguai
Inácio Arruda	Of. GSINAR nº 289/2013	RQS nº 1.252 de 2013	Comunica o cancelamento das reuniões do Parlamento do Mercosul que aconteceriam nos dias 11 e 12 de novembro do corrente ano, em Montevideú, Uruguai
Paulo Bauer	Of. GSPBAU nº 576/2013	RQS nº 1.250 de 2013	Comunica o cancelamento das reuniões do Parlamento do Mercosul que aconteceriam nos dias 11 e 12 de novembro do corrente ano, em Montevideú, Uruguai
Roberto Requião	Of. GSRREQ nº 242/2013	RQS nº 1.253 de 2013	Comunica o cancelamento das reuniões do Parlamento do Mercosul que aconteceriam nos dias 11 e 12 de novembro do corrente ano, em Montevideú, Uruguai

Matéria: Comunicação de Retorno Antecipado (total: 1)

Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal

Novembro de 2013			
Senador(a)	Expediente	Requerimento de Missão	Descrição
Inácio Arruda	Of. GSINAR nº 295/2013	RQS nº 1.309 de 2013	Comunica que antecipou para o dia 20 de novembro o seu retorno da visita oficial à região amazônica do Equador, prevista para o dia 22 de novembro de 2013

B – SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 30/11/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	02
TOTAL	04

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Vetos Totais (mantidos)	01
Vetos Parciais (mantidos)	34
Projetos de Lei do CN (PLN) (aprovados)	21
Projetos de Resolução do CN (PRN) (aprovados)	03
TOTAL	59

Leitura	Quantidade
Projetos de Resolução do CN (PRN)	02
TOTAL	02

Resenha Consolidada 02/02 a 30/11/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	10
Conjunta Solene	18
TOTAL	28

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Projetos de Lei do CN (PLN) (aprovados)	023
Vetos (rejeitados)	142
Vetos (mantidos)	227
Projeto de Resolução do CN (PRN) (aprovado)	004
TOTAL	396

Sessões Realizadas

01 a 30/11/2013

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
25ª Conjunta Solene	04/11/2013, às 17 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a homenagear o Movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia.
26ª Conjunta	19/11/2013, às 19h30min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à: PARTE I - Apreciação de vetos presidenciais. PARTE II - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que "Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências"; e - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". PARTE III - Apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 4, 6, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 40 e 42, de 2013; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que "Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências"; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que "Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal"; e - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que "Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação".
27ª Conjunta	20/11/2013, às 20 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	PERÍODO DO EXPEDIENTE - Requerimento nº 6, de 2013-CN, de urgência para o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que "Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964". ORDEM DO DIA - Apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 1, 2, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 40 e 42, de 2013; - Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que "Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências".
28ª Conjunta Solene	28/11/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 76, de 2013, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2013 (nº 349, de 2001, na Câmara dos Deputados), que "Altera o § 2º do art. 55 e o § 4º do art. 66 da Constituição Federal, para abolir a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador e de apreciação de veto". (Emenda Constitucional nº 76, de 2013 – Public. no DOU de 29/11/2013)

Matérias

01 a 30/11/2013

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
86/2013-CN (nº 400/2013, na origem) DOU 19/09/2013	PLS nº 370/2007 (nº 4.042/2008, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 38/2013 Leitura: 24/09/2013 (SF)	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados e autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e seus Conselhos Regionais, e dá outras providências.	19/11/2013, às 19h30min	Mantido o veto Total - 01 Veto Total
88/2013-CN (nº 413/2013, na origem) DOU 25/09/2013	PLV nº 18/2013 (oriundo da MPV nº 614/2013) Veto Parcial nº 39/2013 Leitura: 26/09/2013 (SF)	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências.	19/11/2013, às 19h30min	Mantidos os vetos Total - 08 Veto Parcial

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
91/2013-CN (nº 421/2013, na origem) DOU 10/10/2013	PLV nº 21/2013 (oriundo da MPV nº 615/2013) Veto Parcial nº 40/2013 Leitura: 14/10/2013 (SF)	Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer , feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.	19/11/2013, às 19h30min	Mantidos os vetos Total - 22 Veto Parcial
92/2013-CN (nº 422/2013, na origem) DOU 11/10/2013	PLS nº 294/2001 (nº 6.405/2002, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 41/2013 Leitura: 14/10/2013 (SF)	Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	19/11/2013, às 19h30min	Mantidos os vetos Total - 01 Veto Parcial
123/2013-CN (nº 456/2013, na origem) DOU 16/10/2013	PLC nº 40/2013 (nº 4.280/2008, na Casa de origem) Veto Parcial nº 42/2013 Leitura: 21/10/2013 (SF)	Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.	19/11/2013, às 19h30min	Mantidos os vetos Total - 02 Veto Parcial
124/2013-CN (nº 457/2013, na origem) DOU 16/10/2013	PLC nº 83/2011 (nº 2.123/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 43/2013 Leitura: 21/10/2013 (SF)	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.	19/11/2013, às 19h30min	Mantido o veto Total - 01 Veto Parcial
-	PRN nº 1, de 2013	Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.	19/11/2013, às 19h30min	Aprovado o Projeto Resolução nº 3, de 2013-CN (Publ. no DOU de 25/11/2013)
-	PRN nº 2, de 2008	Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação.	19/11/2013, às 19h30min	Aprovado o Projeto Resolução nº 2, de 2013-CN (Publ. no DOU de 25/11/2013)
-	PRN nº 4, de 2013	Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.	19/11/2013, às 19h30min	Lido o Projeto

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
-	PRN nº 5, de 2013	Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.	19/11/2013, às 19h30min	Lido o Projeto
26/2013-CN (nº 152/2013, na origem) Leitura: 16/04/2013 (SF)	PLN nº 1/2013	Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
27/2013-CN (nº 153/2013, na origem) Leitura: 17/04/2013 (SF)	PLN nº 2/2013	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o substitutivo, com correção de erro material, o adendo de Plenário, as alterações propostas para os artigos 101 e 101-A e as proposições dos Senadores Wellington Dias e Valdir Raupp e do Deputado Darcísio Perondi. À sanção
-	PRN nº 4, de 2013	Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Requerimento nº 6 de 2013-CN, de urgência para o Projeto. Aprovado o Projeto Resolução nº 4, de 2013-CN (Publ. no DOU de 29/11/2013)
46/2013-CN (nº 219/2013, na origem) Leitura: 06/06/2013 (SF)	PLN nº 4/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
72/2013-CN (nº 343/2013, na origem) Leitura: 19/08/2013 (SF)	PLN nº 6/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Substitutivo À sanção
73/2013-CN (nº 344/2013, na origem) Leitura: 19/08/2013 (SF)	PLN nº 7/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
74/2013-CN (nº 345/2013, na origem) Leitura: 19/08/2013 (SF)	PLN nº 8/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
81/2013-CN (nº 378/2013, na origem) Leitura: 04/09/2013 (SF)	PLN nº 10/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R\$ 62.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
83/2013-CN (nº 380/2013, na origem) Leitura: 04/09/2013 (SF)	PLN nº 12/2013	Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00, em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
96/2013-CN (nº 428/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 16/2013	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
97/2013-CN (nº 429/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 17/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
98/2013-CN (nº 430/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 18/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
102/2013-CN (nº 434/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 22/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
104/2013-CN (nº 436/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 24/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
106/2013-CN (nº 438/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 26/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
109/2013-CN (nº 441/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 29/2013	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
110/2013-CN (nº 442/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 30/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
111/2013-CN (nº 443/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 31/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Sancionada a Lei nº 12.888 de 29/11/2013 (DOU 02/12/2013)
113/2013-CN (nº 445/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 33/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00, para os fins que especifica.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
114/2013-CN (nº 446/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 34/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Secretaria de Portos da Presidência da República e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Substitutivo À sanção
120/2013-CN (nº 452/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 40/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 240.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção
122/2013-CN (nº 454/2013, na origem) Leitura: 16/10/2013 (SF)	PLN nº 42/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	20/11/2013, às 20 horas	Aprovado o Projeto À sanção

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 30/11/2013

Nº	Assunto
58/2013 (public. no DOU de 08/11/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve: Art. 1º Designar o Deputado CARLOS SAMPAIO, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao PSDB, de acordo com o Ofício nº 948/2013/PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Câmara dos Deputados.
59/2013 (public. no DOU de 08/11/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve: Art. 1º Designar o Deputado LUIZ CARLOS HAULY, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao PSDB, de acordo com o Ofício nº 1.042/2013/PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Câmara dos Deputados.
60/2013 (public. no DOU de 29/11/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 623, de 19 de julho de 2013, que "Altera a Lei no 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 15 de novembro do corrente ano.

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional 01 a 30/11/2013

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
905/2013-	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 397, de 2013, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração do prazo final para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". Tendo em vista o disposto no art. 82, X, da Resolução nº 1/2006-CN, o prazo final para apresentação de emendas ao PLOA/2014 é 30/11/2013. O Ofício será publicado no DSF de 29/11/2013.
904/2013-	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, expirou, no dia 15/11/2013, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 623, de 19 de julho de 2013, que "Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
881/2013-	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que está publicado no DSF de 22/11/2013 o Relatório Parcial nº 5, de 2013, da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, que concluiu pela apresentação de Projeto de Lei que "Dispõe sobre as parcelas de caráter indenizatório que não serão computadas para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput , e regulamenta o § 11, ambos do art. 37 da Constituição Federal". Nos termos do art. 142 do regimento Comum, o projeto iniciará sua tramitação nessa Casa.
880/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 15.163, de 2013, na origem, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Corte, em Sessão Plenária, proferiu decisão colegiada nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.543, que declara inconstitucionalidade do art. 5º da lei nº 12.034, de 2009, nos termos da certidão de julgamento encaminhada. O Ofício nº 15.163, de 2013, está juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009.
879/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17/08/2012, a Mensagem nº 135, de 2013-CN (nº 525, de 2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao quinto bimestre de 2013. A matéria, publicada no DSF de 26/11/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
878/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 393, de 2013, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". O Ofício está publicado no DSF de 22/11/2013.
877/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado do Esporte o Ofício nº 40, de 2013-CN (nº 100, de 2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 42 do Decreto nº 6.180, de 2007, relatório contendo os resultados dos projetos que captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte, referente ao Exercício de 2012. O expediente, publicado no DSF de 15/11/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
876/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF de 22/11/2013, o Parecer nº 100, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, concluindo pelo arquivamento do OFN nº 26, de 2013, que encaminha o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2013.
875/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 626, de 2013, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00, para o fim que especifica". À Medida foi oferecida 1 (uma) emenda e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitiu o Parecer nº 89, de 2013-CN, que conclui pelo pela aprovação da matéria.
874/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em atendimento à solicitação dos Senhores Deputados Federais presentes na sessão do Congresso Nacional de 20 de novembro do corrente, encaminha as notas taquigráficas da referida sessão com as manifestações dos Senhores Deputados Federais sobre o registro da presença na sessão da Câmara dos Deputados daquele mesmo dia.
873/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunico que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quinta-feira, 28 de novembro, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 76, de 2013, que <i>"Altera o § 2º do art. 55 e o § 4º do art. 66 da Constituição Federal, para abolir a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador e de apreciação de veto"</i> .
872/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício nº 850, de 21 de novembro de 2013, comunica que a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 10 de dezembro do corrente, terça-feira, às quatorze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, terá a seguinte pauta: Parte I 1 – Veto nº 44 de 2013; 2 – Veto nº 45 de 2013; e 3 – Veto nº 46 de 2013. Parte II 1 – Projetos de Lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; 2 – Projetos de Lei do Congresso Nacional sem pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (art. 107 da Resolução nº 1, de 2006-CN); e 3 – Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009 que "Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências".
869/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Parcial aposto aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280, de 2008, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências". Vetos Mantidos: - inciso IV do art. 3º; e - inciso II do art. 5º.
867/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Parcial aposto ao dispositivo a seguir discriminado do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001 (nº 6.405, de 2002, na Câmara dos Deputados), que "Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências". Veto Mantido: - art. 3º.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
865/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Parcial aposto aos dispositivos a seguir discriminados ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 615, de 2013), que "Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências". Vetos Mantidos: - art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - § 1º do art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - § 2º do art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo art. 19 do projeto; - § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 28 do projeto; - "caput" do art. 35; - "caput" do § 1º do art. 35; - inciso I do § 1º do art. 35; - inciso II do § 1º do art. 35; - inciso III do § 1º do art. 35; - § 2º do art. 35; - "caput" do art. 36; - § 1º do art. 36; - § 2º do art. 36; - § 3º do art. 36; - "caput" do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - inciso I do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - inciso II do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - § 1º do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - alínea 'a' do § 1º do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - alínea 'b' do § 1º do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; - alínea 'c' do § 1º do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto; e - § 2º do art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, com a redação dada pelo art. 37 do projeto.
863/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Parcial aposto aos dispositivos a seguir discriminados ao Projeto de Lei de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 614, de 2013), que "Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências". Vetos Mantidos: - § 4º do art. 8º da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; - § 4º do art. 10 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; - inciso VIII do art. 21 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; - § 1º do art. 21 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; - § 2º do art. 34 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; - alínea "a" do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com a redação dada pelo art. 9º do projeto; - alínea "c" do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, com a redação dada pelo art. 10 do projeto; e - inciso I do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, com a redação dada pelo art. 11 do projeto.
861/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (PL nº 4.042/2008, nessa Casa), que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados e autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e seus Conselhos Regionais, e dá outras providências".
859/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha autógrafo da Resolução nº 3, de 2013-CN, aprovada pelo Congresso Nacional, que "Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal".
857/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha autógrafo da Resolução nº 2, de 2013-CN, aprovada pelo Congresso Nacional, que "Dispõe sobre a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), comissão permanente do Congresso Nacional, órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999".
855/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 19/11/2013, manteve o Veto Parcial aposto ao dispositivo a seguir discriminado do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011 (nº 2.123/2007, nessa Casa), que "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro". Veto Mantido: - parágrafo único do art. 4º.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
854/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 16 de novembro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 620, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 9 de outubro de 2013. Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.
853/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu a Mensagem nº 133, de 2013-CN (nº 510, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando retificação à Medida Provisória nº 627, de 2013. A Mensagem foi encaminhada à Comissão Mista para ser juntada ao processado da Medida Provisória.
852/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou no dia 11/11/2013, publicou no Diário Oficial da União do dia 12/11/2013, e republicou no dia 13 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 627, de 2013, que "Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências". Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, que será publicada na forma regimental, bem como o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal.
851/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 1, de 2013, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 627, de 2013, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de seu Presidente, Senador Walter Pinheiro, Vice-Presidente, Deputado Cândido Vaccarezza, e Relator, Deputado Eduardo Cunha.
850/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Nos termos do art. 2º do Regimento Comum, comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 10 de dezembro do corrente, terça-feira, às quatorze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a seguinte pauta: Parte I 1 – Veto nº 44 de 2013; 2 – Veto nº 45 de 2013; e 3 – Veto nº 46 de 2013. Parte II 1 – Projetos de Lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e 2 – Projetos de Lei do Congresso Nacional sem pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (art. 107 da Resolução nº 1, de 2006-CN).
849/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento à convocação realizada na Sessão Conjunta do Congresso Nacional de 19 de novembro de 2013, comunica que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 20 de novembro do corrente, às vinte horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, realizar-se-á às dezessete horas.
848/2013-CN	Senhor Francisco das Chagas Santiago da Cruz – Procurador-Geral de Justiça	Em atenção ao Ofício nº 3.316/2013, referente à solicitação do Senhor Ronaldo Andrade, Promotor de Justiça, informa que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional (RQN) nº 5 de 2003, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal – CPMI do BANESTADO, encerrou seus trabalhos do dia 27 de fevereiro de 2005 sem apreciação de relatório final.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
847/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício nº 841 de 2013-CN, comunico que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 19 de novembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas e trinta minutos, terá sua Ordem do Dia organizada da seguinte forma: Parte I - Apreciação de Vetos Presidenciais. Parte II 1 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Altera o <i>caput</i> do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”; e 2 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. Parte III 1 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 2 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00, para os fins que especifica”; 3 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 4 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00, para os fins que especifica”. 5 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 62.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 6 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2013, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00, em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00”; 7 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2013, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00, para os fins que especifica”; 8 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 9 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 10 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 11 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$1.528.000,00, para os fins que especifica”; 12 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 13 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2013, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 14 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 15 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$320.781.825,00, para os fins que especifica.”; 16 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00, para os fins que especifica”; 17 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 18 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 240.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 19 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 20 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”; 21 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; e 22 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
846/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício nº 841 de 2013-CN, comunico que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 19 de novembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas e trinta minutos, terá sua Ordem do Dia organizada da seguinte forma: Parte I - Apreciação de Vetos Presidenciais. Parte II 1 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Altera o <i>caput</i> do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”; e 2 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. Parte III 1 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 2 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00, para os fins que especifica”; 3 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 4 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00, para os fins que especifica”. 5 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R\$ 62.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 6 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2013, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00, em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00”; 7 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2013, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00, para os fins que especifica”; 8 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 9 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$1.528.000,00, para os fins que especifica”; 10 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 11 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2013, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 12 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 13 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$320.781.825,00, para os fins que especifica.”; 14 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 15 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”; 16 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; e 17 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”.
845/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 10 de novembro do corrente, para edição de Projeto de Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 615, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 16 de setembro de 2013, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2013. Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.
844/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio do Parecer nº 75, de 2013, deliberou pelo arquivamento do Ofício nº 29, de 2013-CN, que “Encaminha Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE – Exercício de 2012”.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
843/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os seguintes expedientes, referentes ao Relatório da Comissão Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher: - Ofício nº 727, 2013, do Ministério da Educação, encaminhando Nota Técnica da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão – SECADI; e - Ofício nº 1.103, de 2013, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, encaminhando Nota Técnica da Subsecretaria de Direitos Humanos. Informa, ainda, que os expedientes estão publicados no DSF de 13/11/2013 e foram juntados ao processado do RQN nº 4, de 2011.
842/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União, em atendimento ao inciso II do artigo 95 da Lei nº 12.708, de 2012 (LDO 2013), o Aviso nº 1.441-Seses-TCU-Plenário, encaminhando cópias do Acórdão 041.274/2012-1, referente ao Plano de Fiscalização de Obras de 2013 – Fiscobras 2013, do Relatório e do Voto que o fundamentam, e de informações em mídias digitais. O expediente, publicado no DSF de 12/11/2013, seguirá à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
841/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 19 de novembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas e trinta minutos, terá sua Ordem do Dia organizada da seguinte forma: Parte I - Apreciação de Vetos Presidenciais. Parte II - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências” Parte III 1 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nºs 1, de 2013, que “Altera o <i>caput</i> do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”; e 2 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”; 3 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00, para os fins que especifica”; 4 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 5 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00, para os fins que especifica”. 6 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R\$ 62.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 7 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2013, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00, em favor de Companhia Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00”; 8 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2013, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00, para os fins que especifica”; 9 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 10 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$1.528.000,00, para os fins que especifica”; 11 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 12 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2013, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 13 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 14 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$320.781.825,00, para os fins que especifica.”; 15 – Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”; 16 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”; 17 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; e 18 – Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
840/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 2 de novembro do corrente, para edição do Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 614, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 11 de setembro de 2013, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013. Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.
839/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento à convocação realizada na Sessão Conjunta do Congresso Nacional de 15 de outubro de 2013, comunica que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 19 de novembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, será destinada a: Parte I - Apreciação de Vetos Presidenciais. Parte II - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. Parte III - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”; - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Altera o <i>caput</i> do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”; e - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.
838/2013-CN	Dep. José Airton – Presidente da Comissão Mista da MP 623/2013	Em atenção ao Ofício nº 2.659/SGM/P/2013, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminha o processado do Projeto de Lei de Conversão nº 27/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 623, de 2013) apresentado por essa Comissão.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 30/11/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Não deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	3
Extraordinárias (REX)	1
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	4

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	1	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	1	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)		22	1	8		
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário		1				
Avisos CN (AVN)		16				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias		16				
Mensagens CN (MCN)						
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias						
Ofícios CN (OFN)		3				
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias		3				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	4					
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	1	1				
Emendas	76	492		155		
TOTAL	81	532	1	163		

Resenha Consolidada
02/02/2013 a 30/11/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	4
Não Deliberativas (NDEL)	2
Ordinárias (ROR)	11
Extraordinárias (REX)	4
Audiências Públicas (RAP)	4
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	2
Seminários Regionais (SREG)	3
Total	30

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	20	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	20	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	97	36	4	50	1	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	22	10				7
Avisos CN (AVN)	87	30				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	16	14				
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	4					
- Outras Matérias	64	16				
Mensagens CN (MCN)	70	20				
- Prestação de Contas	9					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	57	20				
Ofícios CN (OFN)	165	20				
- Prestação de Contas	34					
- Outras Matérias	131	20				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	7					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	14	11	2(prejud)			
Emendas	13823	17366	1	313		
TOTAL	14289	17493	7	363	1	7

Resultados das Reuniões

01 a 30/11/2013

Reunião realizada em 6 de novembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

4ª Reunião Extraordinária
convocada para 06/11/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h47min e encerrada às 15h41min)

Pauta nº 27/2013 - Alterada

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

AVISO

O Presidente informou que a partir de agora, o **SERVIÇO DE ENVIO DE MENSAGENS PELO CELULAR – SMS, da CMO**, será estendido aos gabinetes de TODOS os parlamentares e à IMPRENSA.

A Secretaria fará uso desse serviço para manter contato rápido para avisar prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Os interessados deverão preencher o formulário destinado ao chefe de gabinete ou funcionário de parlamentar não-membro da CMO e funcionários da IMPRENSA, constante da Página da CMO na internet.

Após, deverão entregar o formulário devidamente preenchido e assinado na Secretaria da Comissão para que os registros possam ser efetuados.

ORDEM DO DIA

PAUTA 27/2013 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10/2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

- Aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 05/11/2013.

2 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16/2013-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Foram apresentadas 19 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 19 emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

3 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 48.013.037,00 (quarenta e oito milhões, treze mil, trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Severino Ninho.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Weverton Rocha (PDT/MA) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

4 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 44.308.421,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Nelson Meurer.

Foram apresentadas 32 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 32 emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 182.208.690,00 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Ricardo Berzoini.

Foram apresentadas 05 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, pela aprovação das emendas de nºs 1 e 2, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº3 e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda de nº3, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6 – Relatório apresentado ao Ofício nº 29/2013-CN, que “Encaminha Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE – Exercício de 2012”.

Relator: Deputado Nelson Meurer.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento.

- **Aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 05/11/2013.**

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2013-CN**.

Autor: Deputado Bruno Araújo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Bruno Araújo.

Foram apresentadas 33 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 15 a 19, 21 a 24 e 32, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 15 a 19, 21 a 24 e 32, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 30/2013-CN**.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 30/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 404.152.417,00 (quatrocentos e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Claudio Cajado.

Foram apresentadas 03 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 03 emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a votação das matérias, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia **12 de novembro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- **hoje, dia 06 de novembro, quarta-feira, às 18 horas; e**

- **dia 07 de novembro, quinta-feira, às 10 horas.**

Brasília, 06 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 12 de novembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

9ª Reunião Ordinária
convocada para 12/11/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h49min e suspensão às 15h34min)

Pauta nº 28/2013

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

.8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 17, 18, 24 e 25/09, e 02, 08, 09, 16, 22 e 24/10/2013;

.3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 30/10 e 05/11/2013; e

.4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 06/11/2013.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 76/2013, de 08 de novembro, do Deputado Arnon Bezerra (PTB/CE), indicando o município de Itaitinga-CE, como beneficiado da emenda de sua autoria, nº 0005/2013, apresentada ao Projeto de Lei nº 25/2013-CN.

2) Ofício nº 77/2013, de 08 de novembro, do Deputado Arnon Bezerra (PTB/CE), indicando o município de Jardim-CE, como beneficiado da emenda de sua autoria, nº 0006/2013, apresentada ao Projeto de Lei nº 25/2013-CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) OF.GSAA/SAA 1.207, de 01 novembro de 2013, da Secretária de Agricultura e Abastecimento, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi, em apoio ao Ofício Circular nº 38/G.2011-2013, subscrito pelo Dr. Eduardo Salles, Secretário de Agricultura do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura – CONSEAGRI, conforme cópia encaminhada, solicitando apreciação por parte desta Comissão, da proposta apresentada no sentido de descontinuação no orçamento do Funcafé de 2014, à fim de que os objetivos estratégicos do setor cafeeiro, emanados do CDPC e das 45 entidades conveniadas, possam ser efetivamente cumpridos.

-**Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2014, encaminhado pelo seguinte órgão:**

1) Ofício nº 1.201/2013-DP, de 31 de outubro de 2013, do Assessor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sr. Clóvis Nunes.

- **Aviso encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, ao Presidente da CMO:**

Aviso GP/TCU de 06 de novembro:

1) Aviso nº 1.704/2013 (Acórdão nº 2.929/2013) : Obras de Construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias-TO.

- **Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:**

Aviso Seses, de 11 de novembro:

1) Aviso nº 1.441/2013 (Acórdão nº 2.969/2013): Consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013 – Fiscobras 2013, em atendimento ao disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 12.708/2012.

AVISO

O Presidente informou que conforme dispõe o **art. 106 da Resolução nº 1/2006-CN**, os projetos de lei de créditos adicionais somente serão apreciados pela CMO até o dia 20 de novembro de cada ano.

O dia 20 de novembro será na próxima quarta-feira. Portanto, solicitou aos relatores daquelas matérias que entreguem os seus Relatórios o quanto antes sob pena dos Projetos de Lei serem enviados ao Congresso Nacional SEM a votação na CMO.

Informou que faltam **13 Relatórios** para serem entregues.

ORDEM DO DIA

No início dos trabalhos, o Presidente informou que havia acordo apenas para votação dos Relatórios apresentados aos **Projetos de Leis nºs 24 e 31/2013-CN**, e do Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009-CN** (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011, AVN 3/2012, AVN 46/2009, AVN 1/2010, AVN 9/2010, AVN 27/2012, AVN 17/2010, AVN 35/2010, AVN 1/2011, AVN 7/2011, AVN 18/2011, AVN 18/2012, AVN 1/2013 e AVN 10/2013).

PAUTA 28/2013

REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA

– Requerimento para inversão de pauta para apreciar inicialmente os Relatórios apresentados aos **Projetos de Leis nºs 24 e 31/2013-CN**, e do Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009-CN** (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011, AVN 3/2012, AVN 46/2009, AVN 1/2010, AVN 9/2010, AVN 27/2012, AVN 17/2010, AVN 35/2010, AVN 1/2011, AVN 7/2011, AVN 18/2011, AVN 18/2012, AVN 1/2013 e AVN 10/2013), constantes dos itens de nºs 3, 5, e 9 da Pauta nº 28/2013.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Lourival Mendes.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 31/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Jorge Bittar.

Foram apresentadas 36 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 04, 05, e 08 a 36, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas sugeridas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado o destaque apresentado. Foi apresentado 01 (um) destaque.

- Apreciação do destaque nº 001, de autoria do Deputado Alex Canziani (PTB/PR), referente à emenda nº 0003, do Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO).

Voto do relator: pela aprovação.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

9 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011, AVN 3/2012, AVN 46/2009, AVN 1/2010, AVN 9/2010, AVN 27/2012, AVN 17/2010, AVN 35/2010, AVN 1/2011, AVN 7/2011, AVN 18/2011, AVN 18/2012, AVN 1/2013 e AVN 10/2013).

Relator: Deputado Bohn Gass.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

Resultado: o Relatório foi **aprovado**, contra o voto do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios apresentados aos **Projetos de Leis nºs 22, 33 e 42/2013-CN**.

Autor: Deputado Afonso Florence.

Resultado: **aprovado** por unanimidade a inclusão na Pauta nº 28/2013 das seguintes matérias:

. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Aelton Freitas.

Foram apresentadas 04 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 04, e pela rejeição das demais.

. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Ivo Cassol.

Foram apresentadas 08 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 05, 06 e 07, e pela rejeição das demais.

. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 42/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00 (cinquenta e um milhões, dois mil e seiscentos e três reais), para reforço da dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 13 de novembro, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, cancelou a realização da seguinte reunião extraordinária, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- **hoje, dia 12 de novembro, terça-feira, às 18 horas.**

Brasília, 12 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 13 de novembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 9ª Reunião Ordinária
convocada para 13/11/2013, às 14h30min
(Reiniciada às 14h41min e suspensa às 15h46min)
(Reiniciada às 15h51min e encerrada às 16h06min)

Pauta nº 28/2013 - Alterada

REABERTURA

Os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 110/2013, de 12 de novembro, do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), solicitando a readequação da Emenda nº 02, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 25/2013-CN.

AVISO

O Presidente informou ao Plenário que a partir de hoje, dia 13/11/2013, fará uso do CRONÔMETRO instalado neste recinto, à sua esquerda, que funcionará da seguinte forma:

Conforme dispõe o *art. 130 da Resolução nº 1/2006-CN*, o prazo para uso da palavra aos parlamentares inscritos é de 5 minutos. Ao ser iniciada a fala do parlamentar, o cronômetro é acionado e começa a contagem do prazo. Após 4 minutos, soará um *bip* alertando ao orador que falta apenas 1 minuto para a conclusão do seu discurso e inicia-se a contagem regressiva de 60 segundos. Finalizado esse tempo, o som do microfone do orador será interrompido.

Portanto, solicitou aos senhores parlamentares para que envidem esforços para o cumprimento do prazo regimental, levando-se em consideração, que será iniciada as etapas de apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 e os prazos estão extremamente exíguos.

ORDEM DO DIA

PAUTA 28/2013 – Alterada

1- Relatório da Receita apresentado ao **Projeto de Lei nº 09 de 2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”. (PLOA para 2014).

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim.

Foram apresentadas 2 emendas, sendo uma de Receita e outra de Renúncia de Receita.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da aprovação das 08 (oito) emendas de Relator, sendo pela aprovação parcial da emenda nº 2973.0001 à Receita, e rejeição da emenda nº 9041.0001 à Renúncia de Receita.

Resultado: O Relator apresentou o Relatório e as Erratas de nºs 01 e 02. A discussão foi iniciada e encerrada. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou a suspensão da reunião para análise das Erratas, e o Presidente suspendeu os trabalhos por alguns minutos.

Reiniciada a reunião, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006*, do Congresso Nacional, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas apresentadas e de Relator, que foi **aprovada** por unanimidade.

Em votação, o **Relatório** e as **Erratas de nºs 01 e 02** foram **aprovados** contra o voto do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), ressalvados os destaques. Foram apresentados 06 destaques.

APRECIAÇÃO DOS 06 DESTAQUES APRESENTADOS:

1 - Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator:

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

2 - Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO:

- 001, do Senador Wilder Moraes (DEM/GO), pela recomposição parcial da emenda de Relator nº 8099.0009.
- 002, do Senador Wilder Moraes (DEM/GO), pela recomposição total da emenda de Relator nº 8099.0002.
- 003, do Senador Wilder Moraes (DEM/GO), pela supressão parcial da emenda de Relator nº 8099.0008.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados**. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do *art. 43 do Regimento Comum*

3 - Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO:

- 004, do Senador Walter Pinheiro (PT/BA), pela recomposição total da emenda de Relator nº 8099.0002.
- 005, do Senador Walter Pinheiro (PT/BA), pela supressão parcial da emenda de Relator nº 8099.0008.
- 006, do Senador Walter Pinheiro (PT/BA), pela recomposição parcial da emenda de Relator nº 8099.0009.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade.

2 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da *Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 626/2013-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais), para o fim que especifica”.

Relator: Senador Wilder Moraes.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da *Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 01, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Zezéu Ribeiro.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº1.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Alex Canziani (PTB/PR) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da *Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 01, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

4 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 1.528.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Lourival Mendes.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2013.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Osvaldo Reis.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Presidente, foi **adiada para o dia 19/11/2013, terça-feira, às 14h30min.**

6 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 31/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R\$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Jorge Bittar.

Foram apresentadas 36 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 04, 05, e 08 a 36, e pela rejeição das demais.

- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2013.

7 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 839.651.997,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03 a 06, 09 a 13, 15 a 20, e 23, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Presidente, foi **adiada para o dia 19/11/2013, terça-feira, às 14h30min.**

8 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 36/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Wilder Moraes.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Relator Senador Wilder Moraes (DEM/GO) e do Presidente, foi **adiada para o dia 19/11/2013, terça-feira, às 14h30min.**

9 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 40/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado José Priante.

Foram apresentadas 175 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 28 a 32, 36 a 42, 64, 65, 71, 74, 128 a 130, 132, 133, 136, 137, 147 e 148; e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 28 a 32, 36 a 42, 64, 65, 71, 74, 128 a 130, 132, 133, 136, 137, 147 e 148, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

10 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009-CN**, que “encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011, AVN 3/2012, AVN 46/2009, AVN 1/2010, AVN 9/2010, AVN 27/2012, AVN 17/2010, AVN 35/2010, AVN 1/2011, AVN 7/2011, AVN 18/2011, AVN 18/2012, AVN 1/2013 e AVN 10/2013).

Relator: Deputado Bohn Gass.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2013.

11 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Aelton Freitas.

Foram apresentadas 04 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 04, e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Giovani Cherini (PDT/RS) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 04, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

12 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 46.743.678,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Ivo Cassol.

Foram apresentadas 08 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 05, 06 e 07, e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01, 05, 06 e 07, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

13 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 42/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 51.002.603,00 (cinquenta e um milhões, dois mil e seiscentos e três reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 01, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Por proposta do Presidente da CMO, Senador Lobão Filho (PMDB/MA), foi submetida à apreciação do Plenário da Comissão os seguintes requerimentos:
REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado José Priante.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relatora: Deputada Gorete Pereira

Foram apresentadas 39 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a votação das matérias acordadas, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos.

Antes, informou que se o **Relatório Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”, for entregue na Secretaria da CMO hoje, dia 13 de novembro, o prazo para apresentação de emendas será nos dias 14 e 18 de novembro.

E, convocou reunião ordinária para o **dia 19 de novembro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 13 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 19 de novembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

10ª Reunião Ordinária
convocada para 19/11/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h51min e suspensa às 16h37min)
(Reiniciada às 16h43min e suspensa às 16h45min)

Pauta nº 29/2013 **ABERTURA**

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

.9ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13/11/2013.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

AVISO

O Presidente informou ao Plenário que o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa (PT/MG), entregará hoje, dia 19 de novembro, na Secretaria da CMO, o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”, e havendo acordo em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, pretende colocar em votação a matéria, no dia 20/11/2013, quarta-feira, às 18 horas, na continuação desta reunião ordinária.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 67/2013 - OUVCD, de 13 de novembro, do Deputado Nelson Marquezelli, Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados, submetendo ao Presidente da CMO, no tocante ao aspecto orçamentário, a análise sobre a criação de cargos para o corpo docente da ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

2) Ofício nº 037/2013 - GSEBRA, de 14 de novembro, do Senador Eduardo Braga, encaminhando ao Presidente da CMO, cópia do Projeto de Lei que acaba de apresentar, que amplia a concessão de isenção do IPI por taxistas e portadores de necessidades especiais, para veículos com motores de até três mil cilindradas. Em vista disto, solicita seja feito o cálculo da renúncia da receita correspondente, para cada um dos três exercícios previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para posterior inclusão no texto do projeto, quando de sua tramitação nas comissões temáticas.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Of. 142/13 – GAB/908, de 12 de novembro, do Deputado José Rocha (PR/BA), justificando ausência no período de 12 a 17 de novembro.

2) Ofício nº 180/2013, de 18 de novembro, do Deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB), justificando ausência no período de 16 a 24 de novembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício n. 304/GP/2013, de 12 de novembro, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Joaquim Barbosa, encaminhando cópia da Nota Técnica nº 15/2013, que versa sobre o Projeto de Lei nº 02/2013-CN, através da qual se manifestam contrariamente à alteração do texto original proposto para o inciso IV do art. 74 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

2) Ofício nº 179/2013, de 12 de novembro, do Deputado Ruy Carneiro, enviado ao Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, que encaminhou ao Presidente da CMO, através do qual solicita alteração na emenda nº 2715.0010, de autoria daquele parlamentar, junto aquele Ministério.

3) Ofício nº 300/2013-MP, de 14 de novembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 09/2013-CN, em virtude da ocorrência de omissão de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, conforme exposto na Nota Técnica nº 37/DEPES/SOF/MP, de 5 de novembro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

- **Expediente encaminhado ao Deputado Miguel Corrêa, Relator Geral do Orçamento para 2014:**

1) OF/LID/Nº 280/2013, de 13 de novembro, do Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS.

- **Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:**

Avisos Seses, de 13 de novembro:

1) Aviso nº 1.449/2013 (Acórdão nº 3.025/2013): Obras de restauração da BR-364/RO.

2) Aviso nº 1.465/2013 (Acórdão nº 3.034/2013): Obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza-CE.

- **Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, ao Presidente da CMO:**

Aviso GP/TCU de 14 de novembro:

1) Aviso nº 1.737/2013 (Acórdão nº 2.887/2013): Consolidação das auditorias para aferição de qualidade de obras públicas recém-concluídas, executadas por meio de Fiscalização de Orientação Centralizada.

ORDEM DO DIA PAUTA 29/2013

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado José Priante.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Weverton Rocha (PDT/MA) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2013-CN**, que “Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015”.

Relator: Senador Aníbal Diniz.

Foram apresentadas 05 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 05 emendas apresentadas.

Resultado: O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião, e com a concordância do Presidente, foi **adiada para o dia 20/11/2013, quarta-feira, às 18 horas**.

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

Foram apresentadas 39 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente a Relatora, foi designado o Deputado Alex Canziani (PTB/PR) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

4 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.346.000,00 (quatorze milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Evandro Milhomen.

Foram apresentadas 10 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 10 emendas apresentadas.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 a 10, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2013-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Sandro Alex.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 06, e 07; pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas de nºs 01, 03, 08 e 09; e pela rejeição da emenda nº 04.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Alex Canziani (PTB/PR) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 02, 06 e 07, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Osvaldo Reis.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 839.651.997,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03 a 06, 09 a 13, 15 a 20, e 23, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião, e com a concordância do Presidente, foi **adiada para o dia 20/11/2013, quarta-feira, às 18 horas**.

8 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 35/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para o fim que especifica”.

Relatora: Deputada Rose de Freitas.

Foram apresentadas 09 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 09 emendas apresentadas.

Resultado: ausente a Relatora, foi designado o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 a 09, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

9 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2013-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Wilder Moraes.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

10 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Weverton Rocha.

Foram apresentadas 02 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 02 emendas apresentadas.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 e 02, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

11 - Relatório apresentado ao Ofício nº 26/2013-CN, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao segundo trimestre de 2013”.

Relator: Deputado Evandro Milhomen.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

12 - Relatório apresentado ao Ofício nº 38/2013-CN, que “Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no primeiro semestre de 2013.”

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: no sentido de que a CMO tome conhecimento da matéria, e encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Por proposta do Presidente da CMO, Senador Lobão Filho (PMDB/MA), foram submetidas à apreciação do Plenário da Comissão os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000,00 (dezessete milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Afonso Florence.

Foram apresentadas 07 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03 e 05, e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 367.260.302,00 (trezentos e sessenta e sete milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e dois reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Guilherme Campos.

Foram apresentadas 31 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, sendo pela aprovação da emenda nº 15; pela aprovação parcial das emendas de nºs 01, 02, 04, 05, 07 a 10, 20, 25 e 29; e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 107.050.000,00 (cento e sete milhões e cinquenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Humberto Souto.

Foram apresentadas 44 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03, 07, 21, 24, 29 e 43; pela aprovação das emendas de nºs 13, 16, 23 e 34; pela aprovação parcial das emendas de nºs 02, 04, 05, 09, 11, 14, 18 a 20, 22, 25 a 28, 38, 39, 40 e 44; e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 37/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 116.082.503,00 (cento e dezesseis milhões, oitenta e dois mil, quinhentos e três reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Júlio Cesar.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 41/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 16.649.201.758,00 (dezesseis bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, duzentos e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais), e reduz o Orçamento de Investimento de empresas no valor de R\$ 16.974.733.834,00 (dezesseis bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 08/2013-CMO**.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– **Requerimento nº 08/2013-CMO**, que “Requer diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI aos locais de execução de obras em que o TCU identificou indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação”.

Autor: Deputado Afonso Florence.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Concluída a votação das matérias acordadas, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou reuniões para o **dia 20 de novembro, quarta-feira**, nos seguintes horários: . às **17h30min**, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, na sala de reuniões da Presidência da CMO, para tratar sobre a apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”; e . às **18 horas, continuação da reunião Ordinária**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 21 de novembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 10ª Reunião Ordinária
convocada para 20/11/2013, após a Ordem do Dia
no Plenário do Congresso Nacional marcada para às 17 horas
(Reiniciada às 01h26min e encerrada às 02h55min do dia 21/11/2013)

Pauta nº 29/2013 – Alterada

REABERTURA

Os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 514/2013/GABJA, de 07 de novembro, do Deputado Jovair Arantes, Coordenador da Bancada de Goiás, solicitando retificação da Emenda de Bancada nº 7110.0016, apresentada ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013.
- 2) Ofício nº 110/2013, de 12 de novembro, do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), solicitando a readequação da Emenda nº 02, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 25/2013-CN.
- 3) OF. 152/2013 - GSPP, de 20 de novembro, do Senador Paulo Paim, expressando apoio integral às treze emendas que foram apresentadas ao Relatório Preliminar do PLOA 2014 em favor da Defensoria Pública da União (DPU). E solicitando que o contexto da emenda apresentada seja reavaliado para permitir que a DPU também possa receber emendas orçamentárias das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.
- 4) Ofício nº 1.551/2013 - DEPAT, de 20 de novembro, do Deputado Amauri Teixeira (PT/BA), informando que apresentou emenda ao Relatório Preliminar do PLOA 2014 em favor da Defensoria Pública da União – DPU. E solicita o empenho do Presidente da CMO, para que seja permitido às Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado apresentarem emendas orçamentárias em favor da Defensoria Pública da União – DPU.
- 5) Ofício nº 045/2013 - GDMB, de 20 de novembro, do Deputado Mauro Benevides (PMDB/CE), informando que apresentou emenda ao Relatório Preliminar do PLOA 2014 em favor da Defensoria Pública da União – DPU. E solicita o empenho do Presidente da CMO, para que seja permitido às Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado apresentarem emendas orçamentárias em favor da Defensoria Pública da União – DPU.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 315/2013-MP, de 20 de novembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando a atualização dos parâmetros econômicos utilizados no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 – PLOA-2014, conforme disposto no inciso XXI, do Anexo II – Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014, de que trata o art. 10 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

- Expediente encaminhado ao Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do Orçamento para 2014:

- 1) Ofício nº 044/2013 - GDMB, de 20 de novembro, do Deputado Mauro Benevides (PMDB/CE).

ORDEM DO DIA PAUTA 29/2013 - Alterada

- Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da *Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional*, apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 625/2013-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Lourival Mendes.

Foram apresentadas 04 emendas.

Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 04 emendas apresentadas.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de acordo.

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado José Priante.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2013-CN**, que “Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015”.

Relator: Senador Anibal Diniz.

Foram apresentadas 05 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 05 emendas apresentadas.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de acordo.

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

Foram apresentadas 39 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, e pela rejeição das demais.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

4 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.346.000,00 (quatorze milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Evandro Milhomen.

Foram apresentadas 10 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 10 emendas apresentadas.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2013-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Sandro Alex.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 06, e 07; pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas de nºs 01, 03, 08 e 09; e pela rejeição da emenda nº 04.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

6 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Osvaldo Reis.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

7 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 839.651.997,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03 a 06, 09 a 13, 15 a 20, e 23, e pela rejeição das demais.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

8 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para o fim que especifica”.

Relatora: Deputada Rose de Freitas.

Foram apresentadas 09 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 09 emendas apresentadas.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

9 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 36/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Wilder Moraes.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

10 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 39/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Weverton Rocha.

Foram apresentadas 02 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 02 emendas apresentadas.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

11 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 26/2013-CN**, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao segundo trimestre de 2013”.

Relator: Deputado Evandro Milhomen.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

12 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 38/2013-CN**, que “Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no primeiro semestre de 2013.”

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: no sentido de que a CMO tome conhecimento da matéria, e encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204.

- Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.

13 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000,00 (dezessete milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Afonso Florence.

Foram apresentadas 07 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03 e 05, e pela rejeição das demais.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

14 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 367.260.302,00 (trezentos e sessenta e sete milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e dois reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Guilherme Campos.

Foram apresentadas 31 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, sendo pela aprovação da emenda nº 15; pela aprovação parcial das emendas de nºs 01, 02, 04, 05, 07 a 10, 20, 25 e 29; e pela rejeição das demais.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

15 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 107.050.000,00 (cento e sete milhões e cinquenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Humberto Souto.

Foram apresentadas 44 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 03, 07, 21, 24, 29 e 43; pela aprovação das emendas de nºs 13, 16, 23 e 34; pela aprovação parcial das emendas de nºs 02, 04, 05, 09, 11, 14, 18 a 20, 22, 25 a 28, 38, 39, 40 e 44; e pela rejeição das demais.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

16 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 37/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 116.082.503,00 (cento e dezesseis milhões, oitenta e dois mil, quinhentos e três reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Júlio Cesar.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

17 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 41/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 16.649.201.758,00 (dezesesseis bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, duzentos e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais), e reduz o Orçamento de Investimento de empresas no valor de R\$ 16.974.733.834,00 (dezesesseis bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional, a matéria deixa de ser apreciada na CMO.

18 – Requerimento nº 08/2013-CMO, que “Requer diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI aos locais de execução de obras em que o TCU identificou indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação”.

Autor: Deputado Afonso Florence.

- **Aprovado na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19/11/2013.**

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório Preliminar com Emendas**, apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA 2014).

Autor: Deputado Miguel Corrêa.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”, (PLOA/2014).

Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa.

Foram apresentadas 76 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação parcial das emendas de nºs 05 a 11, 13 a 16, 18, 19, 23, 27, 29 30, 36, 41, 43, 50, 56, 58 a 60, 62, 63, 66, 68, 72, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Relator-Geral apresentou o **Relatório, a Errata e os Adendos de nºs 01 e 02**. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 14 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas, a Errata e os Adendos de nºs 1 e 2 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques.

APRECIAÇÃO DOS 14 DESTAQUES APRESENTADOS:

1 - Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente de autoria dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Claudio Cajado (DEM/BA):

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

2 – Destaques para votação em separado:

2.1 - Destaque nº 002, do Deputado Domingos Sávio, à emenda 26, do Senador Paulo Paim.

Voto do Relator-Geral: pela rejeição.

Resultado: o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Weliton Prado (PT/MG) e Valtenir Pereira (PSB/MT). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

2.2 – Destaque nº 014, do Deputado Claudio Cajado, Supressivo, Parte Especial.

Voto do Relator-Geral: pela rejeição.

Resultado: o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA) e Guilherme Campos (PSD/SP). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

3 – Destaques para votação em globo, com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO:

001, 003 a 013.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Após a aprovação do Relatório Preliminar com emendas, com as alterações decorrentes da Errata e dos Adendos de nºs 01 e 02, o Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal alteração do Cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, informando o prazo para apresentação de emendas ao referido Projeto de Lei : **de 21 a 28 de novembro de 2013.**

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a votação da matéria acordada, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos.

Antes, convocou reuniões para o **dia 26 de novembro, terça-feira**, nos seguintes horários: **14 horas**, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, com o Relator-Geral do Orçamento para 2014, e com os Relatores Setoriais das Áreas Temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014, na sala de reuniões da Presidência da CMO, para tratar sobre o Cronograma de Tramitação do PLOA/2014; e **14h30min**, reunião Ordinária, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E cancelou a realização de reunião extraordinária, no **dia 21 de novembro, quinta-feira, às 10 horas.**

Brasília, 21 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 26 de novembro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 11ª Reunião Ordinária
convocada para 26/11/2013, às 18h30min
(Reiniciada e suspensa às 18h50min)

Pauta nº 30/2013

REABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Sandro Alex (PPS/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o **dia 27 de novembro, quarta-feira, às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 26 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

11ª Reunião Ordinária
convocada para 26/11/2013, às 14h30min
(Iniciada e suspensa às 15h01min)

Pauta nº 30/2013

ABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram abertos pelo Senador Wilder Moraes (DEM/GO), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o mesmo **dia, 26 de novembro, terça-feira, às 18h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 26 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 27 de novembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

Continuação da 11ª Reunião Ordinária
convocada para 27/11/2013, às 14 horas
(Reiniciada às 14h23min e suspensa às 14h36min)

Pauta nº 30/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

.10ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 21/11/2013.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

A V I S O S

O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada ontem, dia 26 de novembro, ficou acordado que será mantido o prazo de 21 a 28 de novembro para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (Projeto de Lei nº 09/2013-CN). Relembrou aos Senhores Parlamentares, que o prazo terminará amanhã, **quinta-feira, dia 28 de novembro**, e a Secretaria da CMO receberá as emendas **até às 18h30min**.

O Presidente comunicou a abertura do prazo de 27 a 28 de novembro para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo, que tratam das Contas dos Presidentes da República, relativas aos exercícios financeiros de 1990 e 1991.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

- 1) OF. 083/13 - PN - CD, de 14 de novembro, do Gabinete do Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), justificando ausência no período de 06 a 07 de novembro.
- 2) OFÍCIO/GDGP/Nº 258, de 26 de novembro de 2013, do Gabinete da Deputada Gorete Pereira (PR/CE), justificando ausência no período de 25 de novembro a 01 de dezembro.
- 3) Ofício GSAGUR - 273/2013, de 26 de novembro, do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), justificando ausência no período de 26 a 28 de novembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 321/2013-MP, de 26 de novembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 09/2013-CN, em virtude da ocorrência de omissão de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, conforme exposto na Nota Técnica nº 44/DEPES/SOF/MP, de 20 de novembro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses, de 20 de novembro:

- 1) Aviso nº 1.494/2013 (Acórdão nº 3.143/2013): Acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do processo nº TC 011.169/2013, na Sessão Extraordinária de 20/11/2013.
- 2) Aviso nº 1.497/2013 (Acórdão nº 3.134/2013): Obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de São Luís – MA – Sistema Anil.
- 3) Aviso nº 1.511/2013 (Acórdão nº 3.101/2013): Avaliar a existência das condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as unidades de conservação do bioma Amazônia atinjam os objetivos para os quais foram criadas.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 03 de dezembro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 27 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 28 de novembro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

**Continuação da 11ª Reunião Ordinária
convocada para 28/11/2013, às 9h30min
(Reiniciada e suspensa às 9h28min)
(Reiniciada às 9h32min e suspensa às 10h28min)
(Reiniciada às 12h04min e suspensa às 13h17min)**

Pauta nº 30/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

A V I S O

O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada hoje, dia 28 de novembro, não havia acordo para prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (Projeto de Lei nº 09/2013-CN). Entretanto, no decorrer da continuação da Reunião Ordinária da Comissão, houve amplo debate dos parlamentares, inclusive o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN); o Senador Walter Pinheiro (PT/BA); o Relator-Geral do Orçamento para 2014, Deputado Miguel Corrêa (PT/MG); o Líder do Democratas, Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO); o Relator da LDO, Deputado Danilo Forte (PMDB/CE); Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Ricardo Berzoini (PT/SP), Weverton Rocha (PDT/MA), entre outros parlamentares. Finalizando, o Presidente da CMO decidiu pela prorrogação do prazo para apresentação de emendas à LOA para 2014 até **o dia 02 de dezembro, segunda-feira, às 18h30min**.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 03 de dezembro, terça-feira, às 18h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 28 de novembro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha

01 a 30/11/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	
Reuniões	01
Total	01

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	01
Total	01

Resenha Consolidada

27/02/2013 a 30/11/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	15
Total	16

Proposições	Quantidade
Plano de Trabalho (aprovado)	01
Requerimentos (aprovados)	16
Total	17

Resultados das Reuniões

01a 30/11/2013

16ª Reunião realizada em 05 de novembro de 2013

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº , de 2013

Autoria: Adrian

Requer realização de Audiência Pública para debater a incineração de resíduos sólidos.

Resultado: Adiado

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 17, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro desta CMMC, a realização de audiência pública, bem como a apresentação de exposição de material reciclado, com data a ser definido posteriormente, com a participação dos representantes do Ministério do Meio Ambiente; da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas; do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES; da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental de Manaus - ARPA; do senhor Tião Santos – Presidente da Cooperativa do Gramacho; e do senhor Edson Freitas – Presidente da Associação dos recicladores do Estado do Rio de Janeiro.

Resultado: Aprovado

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Reunião preparatória para a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a realizar-se em Warsaw/Polônia de 11 a 22 de novembro.

Participantes:

• **Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho**

Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores – MRE

• **Everton Lucero**

Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química - DCLIMA do Ministério das Relações Exteriores – MRE

Resultado: Audiência Pública Realizada.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 – Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 30/11/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	15
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	67
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	3
REUNIÕES CONJUNTAS	1
TOTAL	86

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL **
CAE	4	4	-	8
CAS	-	8	1	9
CCJ	4	4	-	8
CE	3	5	1	9
CMA	-	5	-	5
CDH	1	9	1	11
CRE	3	3	-	6
CI	-	11	-	11
CDR	-	4	-	4
CRA	-	6	-	6
CCT	-	5	-	5
CMMC	-	1	-	1
CSF	-	2	-	2
TOTAL	15	67		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça - CDHMOVJ	2	-	2
Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID	1	-	1
TOTAL	3		

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
22ª (20/11)	CE, CDH e CAS
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 1	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	2
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	4
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	2
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	7
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	3
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	6
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	2
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	4
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
Comissão Senado do Futuro – CSF	2
TOTAL	38

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça - CDHMOVJ	2
TOTAL	2

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CE, CDH e CAS	1
TOTAL	1

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	41
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLS	8	6	14	8	1	3	-	1	4	-	3	-	-	48
SCD	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLC	-	1	17	5	1	2	1	-	-	1	1	-	-	29
PDS	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	32	-	-	36
PRS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MSF	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
OFS	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
AVS	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
AMA	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SUG	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	13	7	36	14	6	10	4	1	4	1	36	-	-	132

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	15
PLC	3
PDS	32
TOTAL	50

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	2
PLS	33
SCD	2
PLC	26
PDS	4
PRS	1
MSF	3
OFS	3
AVS	2
AMA	2
SUG	4
TOTAL	82

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
8	9	2	4	7	13	-	4	10	1	3	1	2	64
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES													
Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID													5
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES													5
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES													69

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	62
Prejudicados	2
TOTAL	64

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	5
TOTAL	5

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimentos de Urgência	17
Requerimento de Informações	7
Requerimento de Voto de Aplauso / Louvor	1
Requerimento de Desempenho Missão Oficial / Representação	2
Requerimento de Sobrestamento	1
Projeto de Lei do Senado	3
TOTAL	31

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 9/2013-CN (PLOA/2014)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	3	41
REMANEJA- MENTO	-	-	1	-	1	-	1	1	-	1	2	7
TEXTO	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
TOTAL	4	4	5	4	5	3	6	5	4	5	5	50

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 04/02 A 30/11/2013

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	124
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	465
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	35
REUNIÕES CONJUNTAS	22
TOTAL ACUMULADO	646

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL**
CAE	34	30	11	75
CAS	-	59	4	63
CCJ	37	32	3	72
CE	21	43	3	67
CMA	6	33	5	44
CDH	2	62	2	66
CRE	22	25	7	54
CI	1	56	6	63
CDR	-	28	3	31
CRA	-	37	-	37
CCT	-	40	3	43
CMMC	1	14	1	16
CSF	-	6	-	6
TOTAL ACUMULADO	124	465		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	3	-	3
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	4	-	4
Subcomissão Perm, de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)	3	-	3
Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)	1	-	1
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher - CDHSPDM (CDH)	2	-	2
Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso – CDHPECAJI (CDH)	1	-	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça - CDHMOVJ (CDH)	5	-	5
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	2	-	2
Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - CISPID	1	-	1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)	3	-	3
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	3	-	3
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	6	-	6
TOTAL ACUMULADO	35		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1ª	CCJ, CAE e CDR	1
2ª, 4ª, 5ª, 15ª e 19ª	CAE e CI	5
3ª	CRE e CMA	1
6ª e 18ª	CAE, CMA, CMO e 3 comissões temáticas da CD	2
7ª	CMMC e CMA	1
8ª	CRE e CCJ	1
9ª	CAS e CE	1
10ª	CDH e CAS	1
11ª	CAS, CCJ e CAE	1
12ª e 13ª	CRE e CCT	2
14ª	CI e CMA	1
16ª e 17ª	CAE e CRE	2
20ª	CDR e CRE	1
21ª	CE, CCT e CDR	1
22ª	CE, CAS e CDH	1
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 22		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	23
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	23
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	12
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	29
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	13
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	45
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	18
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	37
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	12
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	16
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	18
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	12
Comissão Senado do Futuro	3
TOTAL ACUMULADO	261

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM (CMA)	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMOVJ (CDH)	4
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	1
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	5
TOTAL ACUMULADO	15

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	5
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CMA e CRE	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização 2013 – CAE, CMA e CMO – e 3 Comissões Permanentes da Comissão dos Deputados	2
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMMC e CMA	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CRE e CCJ	1
Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CAS e CE	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	1
Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CAS, CCJ e CAE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CRE e CCT	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CAE e CRE	2
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CDR e CRE	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CE, CCT e CDR	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CE, CAS e CDH	1
TOTAL ACUMULADO	22

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	298
---	------------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
PLS	72	90	68	51	34	30	4	12	24	10	16	-	-	411
SCD	-	2	8	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	13
PLC	15	20	45	62	10	12	5	4	1	4	3	-	-	181
PDS	1	-	3	-	-	-	21	-	-	1	191	-	-	217
PRS	3	1	8	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	16
RQS	-	-	1	1	-	-	26	-	-	-	-	-	-	28
IND	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
EMEN PLEN	1	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
MSF	29	4	6	1	3	-	37	3	-	-	-	-	-	83
OFS	1	1	26	3	6	1	-	-	-	-	1	-	-	39
AVS	2	-	-	-	8	-	-	-	-	5	-	-	-	15
AMA	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	21
PET	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUG	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
CON	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUM.	125	118	201	122	82	56	97	19	25	20	211	-	-	1076

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	183
PLC	84
PDS	191
OFS	1
TOTAL ACUMULADO	459

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	23
PLS	228
SCD	13
PLC	97
PDS	26
PRS	16
RQS	28
IND	1
EMEN PLEN	13
MSF	83
OFS	38
AVS	15
AMA	21
PET	1
SUG	13
CON	1
TOTAL ACUMULADO	617

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
78	65	53	60	55	109	79	48	46	50	29	15	3	690
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES													
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)													1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)													6
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)													1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)													1
Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)													5
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)													1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)													1
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES													16
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES													706

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	673
Rejeitados	9
Retirado	1
Retirados pelo autor	2
Prejudicados	5
TOTAL ACUMULADO	690

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	16
TOTAL ACUMULADO	16

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	80
Requerimento de Informações	21
Requerimento de Voto de Aplauso / Louvor	6
Requerimento de Voto de Apoio	4
Requerimento de Voto de Censura e Repúdio	5
Requerimento de Manifestação Contrária	1
Requerimento de Desempenho Missão Oficial / Representação	19
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Sobrestamento	1
Projeto de Decreto Legislativo	1
Projeto de Lei do Senado	8
Projeto de Resolução do Senado	2
TOTAL ACUMULADO	149

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA COMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

CI - Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (CISTAC)	1
TOTAL ACUMULADO	1

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA SUBCOMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil - CCTSTTR	1
TOTAL ACUMULADO	1

INSTALAÇÃO DE COLEGIADO E ELEIÇÃO

Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON (CAE)	1
Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)	1
Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - CISPID	1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)	1
Comissão Senado do Futuro	1
TOTAL ACUMULADO	6

EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 2/2013-CN (PLDO/2014)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	54
TEXTO	22	12	16	6	10	40	13	5	9	3	3	139
TOTAL ACUMULADO	27	17	21	11	14	45	18	10	14	8	8	193

EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 9/2013-CN (PLOA/2014)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	3	41
REMANEJAMENTO	-	-	1	-	1	-	1	1	-	1	2	7
TEXTO	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
TOTAL ACUMULADO	4	4	5	4	5	3	6	5	4	5	5	50

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES
PERMANENTES
01 a 30/11/2013**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

• Dia 11 de novembro

Finalidade:

Debater a dívida de estados e municípios com a União.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 63/2013, Senador Randolfe Rodrigues e outros
- RQE 66/2013, Senador Randolfe Rodrigues e outros
- RQE 74/2013, Senador Eduardo Suplicy e outros
- RQE 75/2013, Senador Cristovam Buarque e outros

Participantes:

- Maria Lúcia Fattorelli - Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
- Amauri Perusso - Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil - FENASTC
- Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Rio Grande do Sul
- Eric Toussaint - Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo
- Eulália Alvarenga - Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em Minas Gerais
- Carmen Bressane - Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em São Paulo
- Lirando de Azevedo Jacundá - Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE
(representante de: Roberto Kupski)
- Waldery Rodrigues Júnior - Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

• Dia 26 de novembro

Finalidade:

Discutir os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 33/2013, Senadora Vanessa Grazziotin e outros
- RQE 67/2013, Senador Cyro Miranda e outros
- RQE 70/2013, Senadora Vanessa Grazziotin e outros
- RQE 79/2013, Senador Lindbergh Farias

Participantes:

- Cristian Reis - Gerente de Análise Estatística e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (representante de: Marcelo Pacheco dos Guaranys)
- Flávio Dino - Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR
- Eduardo Sanovicz - Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR
- Ricardo Rocha - Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil – DEPSA (representante de: Moreira Franco)
- Basílio Dias - Diretor de Assuntos Regulatórios da TAM Linhas Aéreas – TAM
(representante de: Cláudia Sender)
- Alberto Fajerman - Diretor de Relações Institucionais da GOL Linhas Aéreas Inteligentes – GOL
(representante de: Paulo Sérgio Kakinoff)
- Victor Celestino - Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas (representante de: David Neeleman)
- Tarcísio Gargioni – Vice-Presidente Comercial e de Marketing da Avianca.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• Dia 05 de novembro

Finalidade:

Discutir "os impactos da isonomia tributária na aquisição de produtos para a saúde".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 26/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

· Paulo Henrique Fraccaro - Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios - Abimo

· Gonçalo de Abreu Barbosa - Diretor da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB

(representante de: José Luiz Spigolon)

· Eduardo Jorge Valadares Oliveira - Diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

Representante do Ministério da Saúde - MS

· Alexandre Guilherme Guimarães de Andrade - Assessor Técnico da Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Secretaria da Receita Federal do Brasil

Representante do Ministério da Fazenda – MF

• Dia 12 de novembro

Finalidade:

As denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre Suplemento Alimentar.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 54/2013, Senador Cícero Lucena

Participantes:

· Jaime César de Moura Oliveira - Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA

(representante de: Dirceu Brás Aparecido Barbano)

· Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior - Procurador da República

Assessor Chefe da Secretaria de Relações Institucionais do Ministério Público Federal

(representante de: Rodrigo Janot Monteiro de Barros)

· Felix Bonfim - Diretor Presidente do Atacado do Suplemento

· Fernando Carvalho - Especialista em Nutrição Esportiva

(representante de: Maurício Milani)

· Synésio Batista da Costa - Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais

· Fernando Aith - Professor do Departamento de Medicina da Universidade de São Paulo

Membro do Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário da USP

• Dia 21 de novembro

Finalidade:

Discutir "a situação dos fundos de pensão brasileiros".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 49/2013, Senadora Ana Amélia e outros

- RAS 52/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

· Cláudia Muinhos Ricaldoni - Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - Anapar

· Marcel Juviani Barros - Diretor de Seguridade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ

· Newton Carneiro da Cunha - Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Petrobras de

Seguridade Social - Petros

- Geraldo Aparecido da Silva - Secretário-Geral da Fundação dos Economistas Federais - Funcfe
- Antonio Carlos Conquista - Diretor-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:

Discutir "a inclusão do fisioterapeuta na Norma Regulamentadora 4 (NR 4), que trata de Serviços Especializados de Segurança em Medicina do Trabalho nas empresas públicas e privadas".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 44/2013, Senadora Ana Amélia e outros

Participantes:

- Patrícia Rossafa Branco - Conselheira Federal; Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Coffito
- Arquimedes Augusto Penha - Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia do Trabalho - Abrafit
- Rinaldo Marinho - Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- José Luiz Pedro de Barros - Gerente de Segurança da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI
- Nicolino Eugênio da Silva Júnior - Assessor de Relações Trabalhistas e Sindicais da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

- **Dia 19 de novembro**

Finalidade:

Instruir o PLS nº 292, de 2013, que altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 62/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Ana Isabel Garita - Ministra de Estado da Justiça da Costa Rica
- Leila Linhares Barsted - Diretora Executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA
- Jamilson Haddad Campos - Juiz Auxiliar da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá
- Silvia Pimentel - Membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres - CEDAW
- Flávio Croce Caetano - Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

- **Dia 05 de novembro**

Finalidade:

6ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 56/2013, Senador Alvaro Dias

Participantes:

-
- Flávio Arns - Vice-governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná
 - Patrícia Luiza Ferreira Rezende - Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS
 - José Turozi - Vice-Presidente da Federação Nacional das APAES
 - Eugênia Augusta Gonzaga - Procuradora Regional da República da 3ª Região
 - Rosângela Machado - Gerente de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Florianópolis - SC
 - Ana Cristina Correia e Silva - Vice-diretora do Centro de Ensino Especial 01 de Brasília
 - Macaé Maria Evaristo dos Santos - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - MEC

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:

7ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 56/2013, Senador Alvaro Dias

Participantes:

- Naercio Menezes Filho - Professor Titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa
- Guiomar Namó de Mello – Educadora

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:

Homenagear a delegação brasileira vencedora da 11ª Copa do Mundo de Futebol Social.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 49/2013, Senador Cristovam Buarque

Participantes:

- Guilherme Araújo - Presidente da Associação Brasileira de Futebol Social
- Pupo Fernandes - Técnico da Seleção Brasileira de Futebol Social
- Darlan Martins - Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social
- Vinícius Araújo - Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social
- Douglas Batista - Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social
- Robson Martins - Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)**

- **Dia 05 de novembro**

Finalidade:

Discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 59/2013, Senador Flexa Ribeiro e outros

Participantes:

- Valdir de Jesus Gonçalves - Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio - Tabatinga/AM - FUNAI
- José Nazareno Torres de Moraes - Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio - Belém/PA - FUNAI
- Jaime Siqueira - Coordenador-Geral de Gestão Ambiental da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

- **Dia 12 de novembro**

Finalidade:

Discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos).

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 62/2013, Senador Blairo Maggi

- RMA 69/2013, Senador Blairo Maggi

Participantes:

· Antonio Henrique Pinheiro Silveira - Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP

· Renato Ferreira Barco - Diretor - Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

· Luiz Henrique Tessuti Dividino - Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

· Carlos José Ponciano da Silva - Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará

· Mário Povia - Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

• Dia 04 de novembro

Finalidade:

Debater o Tema: "Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 95/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

· Isa Musa Noronha - Presidenta da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil - AAPBB

· Antônio Braulio de Carvalho - Diretor de Planejamento e Controladoria da Fundação dos Economiários Federais – Funcef (representante de: Carlos Caser)

· José Maria Rabelo - Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

· Paulo Brandão - Diretor Jurídico da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros - FENASPE

· Rogério José Pereira Derbly - Assessor Jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros – GDPAPE

• Dia 05 de novembro

Finalidade:

Debater o tema: "O Marco Legal para os Povos e Comunidades Tradicionais"

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 98/2013, Senadora Lídice da Mata e outros

Participantes:

· Luiza Bairos – Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

· Arnoldo Campos - Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (representante de: Ministra Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello)

· Edmilton Cerqueira - Coordenador Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (representante de: Ministro Pepe Vargas)

· Deise Benedito - Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (representante de: Ministra Maria do Rosário)

· Jânio Coutinho - Assessor Técnico do Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente – MMA (representante de: Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira)

· Alexsandro Castilho - Representante dos Povos Ciganos

· Maura Piemonte - Representante dos Povos Ciganos

· Bantu Kota Regina Nogueira - Representante dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

· Jeji Ogan Edivaldo de Jesus Conceição - Representante dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

· Isaías Potiguara - Representante Indígena

· Nubia de Souza - Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas - CONAQ

-
- Aderbal Ashogun - Representante de Terreiros
 - Érika Kokay - Deputada Federal do PT-DF

- **Dia 14 de novembro**

Finalidade:

Discutir a implementação das recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) no caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 80/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Rodrigo da Costa Lines - Procurador da República do Município de São João do Meriti - RJ
- Flávia Piovesan - Procuradora do Estado de São Paulo
- Beatriz Galli - Integrante das Comissões de Bioética e Biodireito da OAB/RJ e Relatora do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA
- Sonia Maria Lievori do Rego Pereira - Assessora da Coordenação Geral de Saúde das Mulheres da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - MS
- Mônica Arango - Integrante do Centro de Direitos Reprodutivos de New York - EUA
- Carlos Frederico Bastos - Chefe Interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty

- **Dia 18 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema: "a criação do Canal da Cidadania no modelo digital na onda aberta terrestre (TVs Comunitárias) nos municípios".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 79/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Octavio Pieranti - Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações
- MiniCom
- Paulo Miranda - Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM
- Nelson Breve - Presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC
- Carlos Des Essarts Hetzel - Assessor Técnico da Liderança do PT e Bloco de Apoio

- **Dia 19 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema: "Objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o Processo de Participação Popular".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 99/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Maria do Rosário Nunes - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Patrícia Barcelos - Secretária-Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

- **Dia 21 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema: "Violações de direitos decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e Maranhão".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 73/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Cristiane Faustino - Relatora da Plataforma DHESCA pelo direito ao Meio Ambiente
- Eugenio Pio Costa - Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Cíveis do IBAMA
- Guilherme Zagallo - Representante da Sociedade Civil do Maranhão
- Justo Evangelista Conceição - Representante das Comunidades Quilombolas do Maranhão
- Edson Farias Mello - Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia – MME

- **Dia 25 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema: "25 anos da Fundação Palmares em Defesa dos Direitos Humanos e 10 anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 101/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

· Marta Suplicy - Ministra de Estado do Ministério da Cultura - MinC

· Luiza Bairros - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

· José Hilton Santos Almeida - Presidente da Fundação Palmares

· Rosane da Silva Borges - Conselheira Nacional de Políticas de Igualdade Racial – CNPIR (representante de: Sérgio Pedro da Silva)

· Carlos Moura - Ex-presidente da Fundação Palmares

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

• Dia 07 de novembro

Finalidade:

Discutir e buscar soluções com respeito aos baixos valores dos orçamentos das três Forças Armadas, previstos para 2014, absolutamente insuficientes para atender às necessidades da Defesa Nacional.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE 108/2013, Senador Ricardo Ferraço

Participantes:

· Júlio Soares de Moura Neto - Almirante-de-Esquadra; Comandante da Marinha

· Enzo Martins Peri - General-de-Exército; Comandante do Exército - EB

· Juniti Saito - Tenente-Brigadeiro-do-Ar; Comandante da Aeronáutica

· Ari Matos Cardoso - Secretário-Geral do Ministério da Defesa - MD

· Anatalício Risdén Júnior - Vice Almirante

· Eduardo Castanheira Garrido Alves - General-de-Brigada

· José Hugo Volkmer - Major-Brigadeiro-do-Ar

• Dia 21 de novembro

Finalidade:

Ciclo de Debates sobre as Perspectivas da Integração Elétrica na América Latina com o apoio do GESEL- Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE 100/2013, Senador Ricardo Ferraço

Participantes:

· Nelson José Hubner Moreira

· Ricardo Raineri - Diretor do Banco Mundial

· Nivalde J. de Castro – Professor, integrante do Grupo de Estudos do Setor Elétrico - GESEL

· Samuel Pinheiro Guimarães - Embaixador

· Altino Ventura Filho - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME

· Pedro Luiz de Oliveira Jatobá - Gerente do Departamento de Prospecção de Novos Negócios no Exterior da Eletrobras - Eletrobras

· Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva - Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Representante do Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social)

• Dia 21 de novembro

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, que altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE 84/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

-
- José Borges dos Santos Júnior – Embaixador, Subsecretário Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores - MRE
 - Raul Capparelli Vital Brasil - Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
 - Rogério Nagamine - Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social - MPAS
 - Alexey Van Der Broocke - Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores - SINDITAMARATY
 - Soraya Castilho - Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro
 - Claudia Regina Siano Rajecki - Presidente da Associação Internacional dos Funcionários Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo - AFLEX
 - Sérgio Melo Guimarães - Coordenador de Direito Administrativo da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores – MRE
 - Lilian Beatriz Maya - Assessora Jurídica da Associação dos Funcionários Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – Aflex

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

• Dia 04 de novembro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

5º Ciclo - Telecomunicações

Painel 4 - Satélite brasileiro: planejamento, lançamento e logística

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

- Artur Coimbra - Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações - MiniCom
- Caio Cezar Bonilha Rodrigues - Presidente da Telebras
- Fabio Martins Raymundo da Silva - Capitão-de-Mar-e-Guerra; Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa

• Dia 06 de novembro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

5º Ciclo - Telecomunicações

Painel 5 - Segurança cibernética

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

- José Carlos dos Santos – General; Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército
- Maximiliano Martinhão - Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações - MiniCom
- Raphael Mandarino Júnior - Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

• Dia 13 de novembro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

6º Ciclo - Água: gerenciamento e utilização

Painel 1 - A Política Nacional de Recursos Hídricos

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

- RQI 52/2013, Senador José Pimentel

Participante:

· Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA

• **Dia 20 de novembro (Com a participação da CIPOSECA)**

Finalidade:

Agenda CI 2013-2014: 6º Ciclo (Água)

Discussão sobre políticas, programas e ações do Ministério da Integração Nacional, em especial os destinados à preparação para as secas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

- RQI 52/2013, Senador José Pimentel

Participante:

· Francisco José Coelho Teixeira - Ministro de Estado da Integração Nacional

• **Dia 25 de novembro**

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

6º Ciclo - Água: gerenciamento e utilização

Saneamento básico: principais gargalos e soluções.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· Paulo Lopes Varella Neto - Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas - ANA

· José Galizia Tundisi - Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos

• **Dia 27 de novembro**

Finalidade:

Debater o PLS nº 405 de 2011, que "suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 57/2011, Senador Demóstenes Torres

Participantes:

· Altino Ventura Filho - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME

· Othon Luiz Pinheiro da Silva - Diretor Presidente da Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear

· Francisco Whitaker Ferreira - Diretor Executivo da F. G. Whitaker

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

• **Dia 20 de novembro**

Finalidade:

Com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongadas, bem como de pós-seca.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR 15/2013, Senadora Lídice da Mata

- RDR 42/2013, Senador Antonio Carlos Valadares

Participantes:

· José Nilton Moreira - Chefe Adjunto de Transparência de Tecnologia da Embrapa Semiárido (representante de: Nataniel Franklin de Melo)

· Ignácio Hernán Salcedo - Diretor do Instituto Nacional de Semiárido - INSA

· Elmo Vaz Bastos de Matos - Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

· Raquel Pontes - Assessora da Área de Planejamento e Gestão do DNOCS (representante de: Emerson Fernandes Daniel Júnior)

· Luiz Gonzaga Paes Landim - Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:

Discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDR 32/2013, Senador Cícero Lucena
- RDR 45/2013, Senador Cícero Lucena

Participantes:

- Assis Quintans - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa da Paraíba - PB
- Tovar Correia Lima - Chefe de Gabinete da Prefeitura de Campina Grande/PB (representante de: Romero Rodrigues)
- Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA
- Adriana Amorim de Lacerda - Promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba
- Janiro Costa Rêgo - Professor da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
- João Vicente Machado Sobrinho - Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da - Paraíba - AESA
- Francisco de Assis Benevides Gadelha - Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 42/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Paulo César Dias do Nascimento Júnior - Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (representante de: Márcio Lopes de Freitas)
- Alceu Moreira - Deputado Federal da Câmara dos Deputados - autor do PLC 57/2013
- Leonardo Machado - Assessor da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas - CNA/CNCFO
- Milton Walter Frantz - Coordenador-Geral de Infra-Estrutura de Trânsito - CGIT/DENATRAN

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:

Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 6/2013, Senador Benedito de Lira e outros

Participante:

- Maria Augusta Boulitreau Assirati - Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI

- **Dia 21 de novembro**

Finalidade:

Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 6/2013, Senador Benedito de Lira e outros
- RRA 49/2013, Senador Ruben Figueiró

Participantes:

-
- José Eduardo Cardozo - Ministro de Estado da Justiça - MJ
 - Luís Inácio Lucena Adams - Advogado-Geral da União – AGU

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:

Analisar e discutir as tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizadas no Baixo São Francisco (Itiúba e Boacica, Estado de Alagoas), bem como nos perímetros localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 46/2013, Senador Benedito de Lira e outros

Participantes:

- Henrique Osório Dornelles - Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul - FEDERARROZ

- Marco Olívio Morato de Oliveira - Engenheiro Agrônomo da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB

(representante de: Jânio Stefanello)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 19 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema “as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV aberta, para serviços de banda larga móvel - 4G”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 39/2013, Senador Aloysio Nunes Ferreira
- RCT 40/2013, Senador Eduardo Lopes
- RCT 41/2013, Senador Walter Pinheiro e outros

Participantes:

- Jarbas José Valente - Presidente Substituto do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

- Patrícia Ávila - Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - MiniCom

- Luis Roberto Antonik - Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT

- Olímpio José Franco - Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET

- André Felipe Seixas Trindade - Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL

- Fernando Ferreira - Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA

- Antonino dos Santos Guerra - General de Divisão do Exército Brasileiro – EB; Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro - EB

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 05 de novembro**

Finalidade:

Reunião preparatória para a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a realizar-se em Warsaw/Polônia de 11 a 22 de novembro.

Participantes:

- José Antônio Marcondes de Carvalho – Embaixador; Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores - MRE

-
- Everton Lucero - Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química - DCLIMA do Ministério das Relações Exteriores – MRE

COMISSÃO SENADO DO FUTURO (CSF)

- **Dia 19 de novembro**

Finalidade:

Debater "A participação popular e o futuro da democracia".

Requerimento de realização de audiência:

- RFF 2/2013, Senador Cristovam Buarque.

Participante:

- James L. Creighton - Presidente do Creighton & Creighton, Inc

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:

Debater o tema "O Brasil que queremos e o Ensino Superior: Desafios e Oportunidades".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RFF 3/2013, Senador Cristovam Buarque

Participantes:

- Ozires Silva - Reitor do Centro Universitário Monte Serrat - Unimonte
- Vinícius Renê Lummertz Silva - Secretário da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo
- Isaac Roitman - Professor Emérito da Universidade de Brasília - UnB
- Manuel Marcos Formiga - Professor-Pesquisador do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília - UnB

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA - CDHMOVJ

- **Dia 06 de novembro**

Finalidade:

Debater o "conflito dos fazendeiros e grileiros de Luciara, em Mato Grosso, com os retireiros do Araguaia".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 84/2013, Senador João Capiberibe

Participantes:

- Rubem Taverny Sales - Presidente da Associação dos Retireiros do Mato Verde do Araguaia
- Roberto Ricardo Vizentin - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Fernando Francisco Xavier - Representante do ICMBio do Mato Grosso
- Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Professor da Universidade de São Paulo - USP
- Jossiney Evangelista Silva - Retireiro
- Marcelo de Oliveira Nicolau - Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional

- **Dia 26 de novembro**

Finalidade:

Ouvir os membros da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar graves

violações de Direitos Humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 32/2013, Senador João Capiberibe e outros

Participantes:

- José Carlos Dias - Membro da Comissão Nacional da Verdade
 - Pedro Dallari - Coordenador da Comissão Nacional da Verdade
 - Rosa Maria Cardoso da Cunha - Membro da Comissão Nacional da Verdade
-

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CE, CDH E CAS

• Dia 20 de novembro

Finalidade:

"A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 53/2013, Senador Cyro Miranda

- RDH 86/2013, Senadora Ana Rita

- RAS 64/2013, Senador Cyro Miranda e outros

Participantes:

- Boris Cyrulnik - Neurologista e Psiquiatra, Universidade de Toulon (França)
 - Sylvia Nabinger - Assistente Social, OSCIP Acolher (RS/Brasil)
 - Fabiana Gadelha - Advogada, ONG Aconchego (DF/Brasil)
 - Raul Henry - Deputado Federal (PMDB/PE); Membro da Frente Parlamentar da Primeira Infância
-

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 34/2013 - Altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.	Aprovado o parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	06/11
PEC 46/2013 - Altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde.	Aprovado o parecer favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. (NT)	CCJ	06/11
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 217/2004 - Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.	Aprovado o parecer, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. (NT)	CE	19/11
PLS 266/2005 – Complementar - Acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade do Projeto. (NT)	CCJ	27/11
PLS 62/2007 - Estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a ser utilizadas para ações de "lavagem" de dinheiro.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	27/11
PLS 178/2007 - Regulamenta o inciso VII do parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para dispor sobre a gestão quadripartite da seguridade social, a cargo dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (NT)	CAS	20/11
PLS 305/2008 - Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.	Substitutivo definitivamente adotado. (T)	CDH	20/11
PLS 352/2008 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Substitutivo definitivamente adotado. (T)	CDH	20/11

PLS 118/2009 - Altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade da matéria. (NT)	CDR	06/11
PLS 358/2009 - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes de mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.	O Substitutivo é definitivamente adotado. (T)	CCJ	06/11
PLS 518/2009 - Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CE	12/11
PLS 9/2010 - Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.	Aprovado o Projeto, com a emenda nº 1-CAE/CE e a subemenda nº 1-CE à emenda nº 1-CAE/CE. (T)	CE	19/11
PLS 129/2010 - Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	27/11
PLS 286/2010 - Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística.	Rejeitado o Projeto. (T)	CDR	06/11
PLS 198/2011 - Altera o art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para regular aspectos processuais da medida de indisponibilidade de bens.	Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. (T)	CCJ	27/11
PLS 228/2011 – Complementar - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.	Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	20/11
PLS 250/2011 - Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PLS 455/2011 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil -, para prever o direito do pai de contestar a paternidade dos filhos por ele reconhecidos.	Aprovado o Substitutivo. (T)	CCJ	27/11
PLS 554/2011 - Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº1-CDH-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	26/11

PLS 601/2011 - Acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para impor aos candidatos, partidos políticos e coligações o dever de divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e aos gastos efetuados na campanha eleitoral.	Rejeitado o Projeto. Ficam prejudicadas as Emendas. (T)	CCJ	06/11
PLS 622/2011 - Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.	Aprovada a matéria nos termos da Emenda nº01 CRA/CDR (Substitutivo) (T)	CDR	06/11
PLS 657/2011 - Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências", para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos.	Aprovado parecer favorável à matéria. (NT)	CDR	06/11
PLS 684/2011 - Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a cassação do direito de dirigir em caso de embriaguez ou recusa do teste de alcoolemia por parte do condutor, entre outras hipóteses, bem como prever a possibilidade de suspensão cautelar do direito de dirigir mediante despacho fundamentado da autoridade de trânsito, e dá outras providências.	Aprovado o Substitutivo. (T)	CCJ	27/11
PLS 689/2011 - Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	27/11
PLS 714/2011 - Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sinalização trilingue nas rodovias federais.	Aprovado o Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. (T)	CCJ	27/11
PLS 12/2012 - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CI	13/11
PLS 18/2012 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.	Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo), com as	CAE	05/11

	Subemendas nºs 1 e 2, renumerada como Emenda nº 02-CAE (Substitutivo). (NT)		
PLS 63/2012 - Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAE	19/11
PLS 110/2012 - Altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAS	13/11
PLS 204/2012 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CMA	19/11
PLS 224/2012 - Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	20/11
PLS 279/2012 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAE	19/11
PLS 314/2012 - Insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.	Aprovado o Projeto, com a emenda nº 1-CE. (T)	CE	19/11
PLS 329/2012 - Acrescenta o art. 320-A à Lei nº 9.503, de 13 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que a aplicação da receita das multas de trânsito em desacordo com o disposto no art. 320 da mesma Lei configura ato de improbidade administrativa.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	20/11
PLS 368/2012 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	06/11
PLS 369/2012 - Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para dispor sobre a isenção de tarifas para o envio de livros a bibliotecas públicas.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CE	26/11
PLS 386/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).	CAE	12/11

Distrito Federal, e dá outras providências.	(NT)		
PLS 404/2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete "airbag") por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAE	19/11
PLS 405/2012 - Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH – Substitutivo. (NT)	CDH	20/11
PLS 478/2012 - Institui o consórcio de empregadores urbanos.	Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	13/11
PLS 11/2013 - Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.	Aprovado o parecer favorável ao projeto. (NT)	CAE	05/11
PLS 85/2013 - Proíbe a cobrança de <i>roaming</i> nacional ou adicional por chamada, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCT	27/11
PLS 106/2013 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens, mercadorias e serviços, conforme decisão do Senado Federal no exercício da atribuição prevista no art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	12/11
PLS 132/2013 - Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o fim de criar a possibilidade de acordo entre a União e os municípios para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública das redes municipais.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CE	26/11

PLS 141/2013 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCT	06/11
PLS 156/2013 - Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para promover o acesso universal às bibliotecas públicas. Tramita em conjunto com PLS 259/2013 - Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para estabelecer o conceito formal de bibliotecas públicas.	Aprovado o PLS 156, de /2013, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE e rejeitado o PLS nº 259, de 2013. (T)	CE	19/11
PLS 222/2013 – Complementar - Estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. (NT)	CCJ	27/11
PLS 233/2013 - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. (NT)	CDH	20/11
PLS 236/2013 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para dispor sobre a concessão de bolsa de qualificação profissional ao beneficiário do Programa Bolsa Família.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAS	20/11
PLS 262/2013 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	06/11
PLS 309/2013 - Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.	Prejudicado o Projeto. (T)	CE	19/11
PLS 314/2013 - Altera o art. 5º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, não venham a excluir da condição de dependente quem assim estiver definido pelo Regime Geral da Previdência Social.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CAS	27/11
PLS 343/2013 - Altera os arts. 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aumentar o percentual	Aprovado o parecer favorável ao Projeto,	CDH	20/11

do Fundo Partidário destinado à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres e o percentual do tempo de propaganda partidária pelo rádio e pela televisão destinado a promover e difundir a participação política feminina.

com a Emenda nº 1-CDH. (NT)

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD

SCD 66/1999 - Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

Aprovado o parecer favorável ao SCD. (NT)

CCJ

20/11

SCD 188/2007 - Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Aprovado o parecer favorável ao SCD. (NT)

CE

26/11

SCD 441/2012 - Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais.

Aprovado o parecer favorável ao SCD, com sugestões de alterações. (NT)

CCJ

13/11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC

PLC 72/2007 - Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais.

Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)

CCJ

20/11

PLC 188/2009 - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para condicionar a revisão de tarifas de serviço público concedido à prévia realização de audiência pública.

Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. (NT)

CCJ

13/11

PLC 84/2010 - Institui a Semana Nacional da Saúde Masculina.

Aprovado o projeto, com as emendas nº 1-CE, 2-CE, 3-CE e 4-CE. (T)

CE

19/11

PLC 28/2011 - Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (*Lan Houses*) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.

Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)

CCT

27/11

PLC 64/2011 - Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Substitutivo definitivamente adotado. (T)

CDH

20/11

PLC 132/2011 - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que

Aprovado o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº

CE

19/11

menciona.	2-CE, nº 3-CE. (NT)		
PLC 63/2012 - Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	13/11
PLC 66/2012 - Dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.	Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) ao Projeto. (T)	CAS	13/11
	O Substitutivo é dado como definitivamente adotado. (T)	CAS	20/11
PLC 79/2012 - Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz.	Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CDH	20/11
PLC 91/2012 - Modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras <i>antidoping</i> .	Aprovado o substitutivo. (T)	CE	19/11
	Substitutivo definitivamente adotado. (T)	CE	26/11
PLC 103/2012 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo apresentado. (NT)	CE	27/11
PLC 45/2013 - Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	06/11
PLC 55/2013 - Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	13/11
	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CMA	27/11
PLC 57/2013 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CRA	21/11
PLC 58/2013 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para	Aprovado o parecer favorável ao Projeto.	CCJ	06/11

assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.	(NT)		
PLC 65/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	13/11
PLC 66/2013 - Dá a denominação de Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante - Governador Aluizio Alves ao Aeroporto São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CE	19/11
PLC 76/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	13/11
PLC 77/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	27/11
PLC 79/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	13/11
PLC 81/2013 - Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. (NT)	CCJ	06/11
PLC 84/2013 - Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	20/11
PLC 85/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	27/11
PLC 86/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	20/11
PLC 87/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	20/11
PLC 98/2013 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.	Aprovado o parecer favorável ao projeto. (NT)	CDH	20/11
PLC 100/2013 - Altera a Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, na parte que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	27/11

PLC 101/2013 - Altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.	Aprovado o parecer favorável à matéria. (NT)	CRE	19/11
PLC 102/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de membro e cargos em comissão, no âmbito do Ministério Público Federal.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	27/11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS			
PDS 555/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 568/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 108/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 112/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CRUZ MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 118/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 125/2013 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 127/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 129/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11

PDS 131/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 133/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 135/2013 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CURIONÓPOLIS - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 137/2013 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 138/2013 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA - APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 139/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SERTÃO SANTANA – ACORASERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 141/2013 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 142/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COQUEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 144/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 149/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA AMIGOS DE CÓRREGO DO OURO - ARACOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 151/2013 - Veda o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional no caso de	Aprovado o parecer favorável ao Projeto.	CAE	05/11

reeleição.	(NT)		
PDS 153/2013 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 154/2013 - Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 156/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 160/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 170/2013 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 171/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 172/2013 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juitiba, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 180/2013 - Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 183/2013 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 185/2013 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 191/2013 - Aprova o ato que renova a concessão	Aprovado o Projeto.	CCT	06/11

outorgada à RÁDIO ARARANGUÁ LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.	(T)		
PDS 192/2013 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MAMPITUBA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 194/2013 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 195/2013 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	06/11
PDS 213/2013 - Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	19/11
PDS 214/2013 - Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa, assinado em Varsóvia, em 1º de dezembro de 2010.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	19/11
PDS 267/2013 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Cingapura, em 14 de dezembro de 2011.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	19/11
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO – PRS			
PRS 45/2011 - Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1–CE/CCJ e nº 2–CCJ a 4–CCJ, de redação. (NT)	CCJ	20/11
MENSAGEM “SF” – MSF			
MSF 103/2012 - Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei nº 12.465 (LDO-2012), de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre de 2012.	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CMA	19/11
MSF 92/2013 - Solicita ao Senado Federal, a retificação	Aprovado o parecer	CAE	12/11

da resolução nº 21, de 2013, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no interesse da Controladoria-Geral da União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até USD 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVIVE)".	favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)
--	--

MSF 109/2013 - Propõe a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), em apoio ao "Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos - PROMIT".	A Comissão aprova o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	26/11
---	--	------------	--------------

OFÍCIO "S" – OFS

OFS 2/2009 - Encaminha o Ofício nº 93, de 2008, do Ministério Público do Estado do Piauí, contendo documentação supostamente comprobatória de casos de tortura de presos na cidade de Picos-PI.	Aprovado o parecer pelo arquivamento do Ofício. (NT)	CDH	20/11
--	--	------------	--------------

OFS 35/2013 - Encaminha relatório relativo ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.	A Comissão aprova o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria e, ainda, pela comunicação dessa decisão ao Ministério da Fazenda. (NT)	CAE	26/11
--	---	------------	--------------

OFS 42/2013 - Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO, referente ao 1º semestre de 2013.	Aprovado o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento. (NT)	CE	12/11
---	---	-----------	--------------

AVISO – AVS

AVS 85/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 3142/2012-TCU-Plenário, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015 (TC 033.929/2012-2).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. (NT)	CMA	27/11
--	--	------------	--------------

Tramita em conjunto com

AVS 25/2013 - Encaminha cópia do Acórdão nº 3.149, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015 (TC 033.929/2012-2).

AVS 56/2013 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2186/2013 (acompanhado das peças que o fundamentam), proferido pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14/08/2013, ao apreciar o Processo de Levantamento nº TC-013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a união ao final dos contratos de renegociação.	Aprovado o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. (NT)	CAE	19/11
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – AMA			
AMA 2/2013 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 136/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às ações adotadas pela Anatel para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Gecopa), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações (TC 028.470/2012-5).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. (NT)	CMA	19/11
AMA 4/2013 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 210/2013 - TCU - Plenário, referente à realização de auditoria operacional pela ANATEL na execução dos contratos de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários (TC-024.260/2009-9).	Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento (RMA nº 73/2013) e posterior arquivamento da matéria. (NT)	CMA	19/11
SUGESTÃO – SUG			
SUG 14/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal cidadania. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado. (NT)	CDH	20/11
SUG 17/2011 - Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado. (NT)	CDH	20/11
SUG 5/2012 - Susta disposições da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.	Aprovado Parecer pela rejeição da Sugestão. (NT)	CDH	20/11
SUG 9/2013 - Sugere a elaboração de lei com a finalidade de reajustar os benefícios da previdência social, de forma a recuperar as perdas do poder aquisitivo dos segurados da Previdência Social.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado.	CDH	20/11

Instalação de Colegiado e Eleição

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO - CISPID (CI)

- **Dia 05 de novembro**

Instalação dos trabalhos da Subcomissão. Eleitos o Senador Inácio Arruda, como Presidente, e o Senador Clésio Andrade, como Vice-Presidente.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
CSF – Comissão Senado do Futuro

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação
CON - Consulta

**C.2 - Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias
e Parlamentares de Inquérito
Relatório da COCETI – 02/02 a 30/11/2013**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	9	4							
	2013	10	15	20							
	Total	14	24	24							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	4	9	9							
	2013	6	3	3							
	Total	10	12	12							
TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	2012	5	4	4							
	2013	2	2	2							
	Total	7	6	6							
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE RQS 145/12	2013	9	0	0							
COMBATE A INCÊNDIOS RQS 18/13	2013	6	4	4							Relatório Final aprovado em 23.05.2013
FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL RQS 930/12	2013	3	3	3							Prazo encerrado em 16.07.13
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATS 19/13	2013	6	5	5							
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ATS 36/13	2013	3	0	0							
SEGURANÇA PÚBLICA ATS 37/13	2013	9	17	17							

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
REFORMA DO REGIMENTO COMUM ATN 01/13	2013	4	0	0						
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 02/13	2013	14	0	0					6	
DEFENSORIA PÚBLICA DO DF PEC 07/08	2013	0	0	0						Aguardando Instalação

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE RQS 105/13	2013	0	0	0							Aguardando Instalação
ESPIONAGEM RQS 811/2013	2013	12	74	72	26						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	35	744	742	344			0	0	Relatório Final aprovado em 04.07.13
	2013	2	0	0	30			1	13	
	Total	37	744	742	374			1	13	

COMISSÕES DE JURISTAS						
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojeto
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	2010	5				
	2011					
	2012					
	2013					
LEI DE EXECUÇÃO PENAL RQS 848/12	2013	11	0	0		Relatório final aprovado em 29.11.13, concluindo pela apresentação de 1 (um) Anteprojeto.
LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO RQS 702/12	2013	13	0	0		Relatório final aprovado em 27.09.13, concluindo pela apresentação de 2 (dois) Anteprojeto.
CÓDIGO COMERCIAL ATS 13/13	2013	11	0	0		Relatório final aprovado em 18.11.13, concluindo pela apresentação de 1 (um) Anteprojeto.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	4
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	1
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	6
Comissão Mista Especial - Reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional (CMRRC)	2
CT - Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil (CTLEGINC)	4
CT – Financiamento do Sistema de Saúde (CTS)	5
Comissão Externa – Federação Paraense de Futebol (CTEFPPF)	1
Comissão Externa – Lei de Licitações e Contratos (CTS)	5
Comissão de Juristas – Lei de Arbitragem e Mediação	5
Comissão de Juristas – Código Comercial	3
CPI – Espionagem	8
CT - Financiamento da educação no Brasil - CTEDUC	1
CT - Financiamento da Segurança Pública no Brasil - CTSEGPUBL	6
TOTAL	51

**COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)**

• **Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre Prevenção do Superendividamento

Participantes:

- o **Cláudia Lima Marques** - Membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- o **Clarissa Costa de Lima** - Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON;
- o **Alessandra Bentes** - Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- o **Silvânio Covas** - Diretor Jurídico da Serasa-Experian;
- o **Juan Ferres** - Economista Consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;
- o **José Virgílio Vita Neto** - Representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 12 de março

Finalidade:

Exposições sobre Ações Coletivas

Participantes:

- o **Ada Pellegrini Grinover** - membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- o **Paulo Roberto Binicheski** - Promotor de Justiça do MPDFT;
- o **Murilo de Moraes e Miranda** - Promotor de Justiça do Estado do Goiás e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON;
- o **Horácio Xavier Franco** - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador da Comissão Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor – CNDPCON;
- o **Gregório Assagra** - assessor de projetos e articulação interinstitucional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Dirigente do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do MP-MG;
- o **Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Procuradora Regional da República da 1ª Região;
- o **Rosana Grinberg** - Presidente do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor – FNECDC;
- o **José Virgílio Vita Neto** - representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 08 de abril

Finalidade:

Exposições com o tema: “Atuação e fortalecimento dos Procons no âmbito do direito consumerista”.

Participantes:

- o **José Guilherme Vasi Werner** – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- o **Juliana Pereira da Silva** – Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, do Ministério da Justiça;
- o **Gisela Simona Viana de Souza** – Superintendente do Procon-MT e Presidente da Associação Brasileira de Procons;
- o **Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho** – Presidente da Seccional da OAB/Paraíba e Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB;
- o **Antônio Carlos de Toledo Negrão** – Diretor Jurídico da FEBRABAN.

Dia 29 de abril

Finalidade:

Exposições com o tema: "Publicidade Infantil e consumo sustentável".

Participantes:

- o **Alexandre Kruel Jobim** - Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul – RBS;
- o **Edney Narchi** - Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR;
- o **Maria Edna de Melo** - Diretora da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO;
- o **Marcelo Gomes Sodré** - Procurador do Estado de São Paulo;
- o **Isabella Henriques** - Diretora do Instituto ALANA;
- o **Aurélio Veiga Rios** - Subprocurador-Geral da República;
- o **Edgard Rebouças** – Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)

- **Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Adriano Fernandez** - Representante da Carioca Engenharia;
- o **Willian Tannus** - Representante do Grupo SERVENG;
- o **Cassio Vitorri** - Representante da S/A Paulista Construções e Comércio;
- o **Elmar Varjão** - Representante da Construtora OAS, Coesa e Barbosa Mello.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO PENAL (CTRCP)

- **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Luiz Carlos Gonçalves;**
- o **Miguel Reale Júnior.**

- **Dia 14 de março**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Juarez Cirino dos Santos;**
- o **Rogério Sanchez Cunha.**

- **Dia 16 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre os temas: Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Propriedade Imaterial e Crimes Cibernéticos

Participantes:

- o **Carlos Miguel Sobral** – Delegado da Polícia Federal;
- o **Melissa Blagitz de Abreu e Silva** – Procuradora do Ministério Público Federal;
- o **Pedro Markun** – Membro da Transparência Hacker;
- o **Tulio Vianna** – Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

- **Dia 21 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Crimes Contra a Pessoa

Participantes:

- o **Cláudio Lemos Fonteles** – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade;
- o **Hélcio Maciel França Madeira** – Professor da Universidade de São Paulo – USP.

- **Dia 11 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Sistema Penitenciário e Penas Alternativas

Participantes:

- o **Ângelo Roncalii** – Ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional;
- o **Marivaldo de Castro Pereira** – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;
- o **Fabiana Costa Barreto** – Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- **Dia 25 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o Objeto da Comissão

Participantes:

- o **Membros da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais.**

COMISSÃO MISTA ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTA DE REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL (CMRRC)

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Raimundo Carreiro** – Ministro do Tribunal de Contas da União.

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Cláudia Lyra do Nascimento** – Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal.

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA COM A FINALIDADE DE FAZER LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL (CTLEGINC)

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Humberto de Azevedo Viana Filho** – Secretário Nacional de Defesa Civil;
- o **Adriano Krukowski Ferreira** – Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- o **Dayse Cavalcanti Duarte** – Professora da UFPE e doutora em Engenharia de Proteção a Incêndios pela Universidade de Edinburgh;
- o **José Tadeu da Silva** – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Cristina Villanova** – Diretora do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça;
- o **Adilson Antônio da Silva** – Major do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- o **José Carlos Riccardi Guimarães** – Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ASOFBM;
- o **Helena Maria do Pojo Rego** – Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional.

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Miguel Velasquez** – Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul - MP/RS;
- o **Ricardo Nerbas** – Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;
- o **Armando Henrique** – Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST;
- o **Carlos Alberto Pauletto** – Diretor da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul – CUT/RS;
- o **Luiz Alcides Capoani** – Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA/RS;
- o **Clayton Faria Machado** – Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília.

- **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Rodrigo Garrido Dias** – Representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- o **Carlos Helbingen Júnior** – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.

COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL (CTRCP)

- **Dia 11 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Odorico Monteiro** – Secretário de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde;
- o **Maria Socorro de Souza** – Presidente do Conselho Nacional da Saúde;
- o **Ronald Ferreira** – Conselheiro Nacional da Saúde.

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Jurandi Frutuoso Silva** – Secretário Executivo do CONASS;
- o **Rodrigo Cesar Faleiros de Lacerda** – Secretário Municipal de Saúde de Formosa/GO e representante do CONASEMS.

- **Dia 09 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Luciana Mendes Santos Servo** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- o **Eduardo Batista de Sá** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

- **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Ivone Evangelista Cabral** – Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn;
- o **Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão** – Vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO;
- o **Tarcísio Pinto** – Presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Regional Taguatinga.

- **Dia 23 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **André Longo Araújo de Melo** – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
- o **Sandro Leal Alves** – Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar;
- o **Fausto Pereira dos Santos** – Ex-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL (CTEFPF)

- **Dia 14 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **João Paulo da Silva Corrêa**;
- o **Edilson da Silva Moraes**.

COMISSÃO EXTERNA PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666 (CTLICON)

- **Dia 24 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Rodolpho Tourinho Neto** – Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON;
- o **Sidney Ferreira Batalha** – Gerente Executivo de Operações Jurídicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- o **Luiz Henrique David** – Gestor de licitações da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- o **Tatiana Abranches** – Advogada da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- o **Júlio Fialkoski** – Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- o **João Alberto Viol** – Presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – SINAENCO;
- o **Mauro Ribeiro Viegas Filho** – Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE.

- **Dia 08 de julho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes** – advogado e mestre em Direito.

- **Dia 05 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Hugo Cavalcante Nogueira** – Contra-Almirante Intendente do Comando da Marinha do Brasil;
- 0 **José Carlos Nader Motta** – General de Divisão do Comando do Exército Brasileiro;
- 0 **Gilberto Barros Santos** – Brigadeiro Intendente do Comando da Aeronáutica do Brasil;
- 0 **Publílio Sejano Coutinho Madruga** – Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa;
- 0 **Wagner Rosa da Silva** – Diretor de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União;
- 0 **Rafaelo Abritta** – Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União;
- 0 **Walisson Alan Correia de Almeida** – Auditor do Tribunal de Contas da União;
- 0 **Vânia Beatriz Castiglioni** – Diretora de Administração e Finanças da EMBRAPA;
- 0 **Marcos Vinícius Ferreira Mazoni** – Diretor-Presidente do SERPRO;
- 0 **Thaís de Melo Queiroz** – do Departamento de Logística e Serviços Gerais da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;
- 0 **Osmar Parra** – do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.

- **Dia 19 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Paulo Simão** – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC;
- 0 **Jeovani Salomão** – Vice-Presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO;
- 0 **Franco Oliveira** – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Especiais e Excepcionais – ABRADIMEX;
- 0 **Jorge Froes Aguiar** – Diretor Executivo da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico – ABAFARMA;
- 0 **Celita Oliveira Sousa** – Consultora Jurídica da Federação Nacional das Empresas de Serviço e Limpeza Ambiental – FEBRAC;
- 0 **Carlos Roberto Vieira** – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE;
- 0 **Luciano Cardoso** – Representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública – ABLP;
- 0 **Haroldo Pinheiro Villar** – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR;
- 0 **Paulo Henrique Paranhos** – Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal – IAB/DF.

- **Dia 02 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Carlos Lago Bouza** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- 0 **Frederico Rabello** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Mundial;
- 0 **Gileno Gurjão Barreto** – Sócio da Price Waterhouse Coopers;
- 0 **Luis Roberto Ponte** – Ex-Deputado Federal, autor do Projeto de Lei nº 1.491/91 que deu origem à Lei 8.666;
- 0 **Juliana dos Santos Loiola** – representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- 0 **Mauro Ricardo Machado Costa** – Secretário Municipal de Fazenda de Salvador;
- 0 **Ricardo Leite Ribeiro** – Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- 0 **Edmundo Oliveira** – Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO (CJARB)

• Dia 09 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Flávio Croce Caetano** – Secretário de Reforma do Judiciário.

• Dia 26 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Marco Antonio Sampaio Moreira Leite** – Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA;
- o **Francisco José Cahali** – Conselheiro e Árbitro do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP;
- o **Leonardo Delmondes Avelino** – Presidente da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia;
- o **Marlon Tramontina Cruz Urtozini** – Advogado do Bradesco e Coordenador da Subcomissão de Conciliação da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN;
- o **Luiz Olavo Baptista** – Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

• Dia 27 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Roberto Teixeira da Costa** – Presidente da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&F Bovespa;
- o **Paul Eric Mason** – Coordenador do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- o **Andrea Maia** – Coordenadora do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- o **Frederico Straube** – Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá;
- o **Mariana Freitas** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o **Joaquim de Paiva Muniz** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o **Ricardo Loretti** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- o **Samantha Pelajo** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Mediação da Ordem dos Advogados do Brasil.

• Dia 28 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Amaury Oliva** – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor;
- o **Roberto Pasqualin** – Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil;
- o **Aldovrando Teles Torres** – Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;
- o **Ana Lucia Pereira** – Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA;
- o **Simone Andreia Pinto Ambrósio** – Diretora-Geral União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – UNAFE;
- o **Ricardo Pereira Junior** – Juiz Coordenador, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadanias do Tribunal de Justiça de São Paulo – CEJUSC/SP;
- o **Rogério Portugal Bacellar** – Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG/BR.

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Octavio Fragata Martins de Barros** – Diretor do IDEA - Instituto de Estudos Arbitrais;
- 0 **Carlos Henrique de C. Fróes** – Presidente da Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB;
- 0 **Lauro da Gama e Souza Júnior** – Presidente do CBAR - Comitê Brasileiro de Arbitragem;
- 0 **Luiz Périssé Duarte Junior** – Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP;
- 0 **Cássio Augusto Muniz Borges** – Gerente Executivo da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria;
- **Marcelo Dias Gonçalves Vilela** – Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB.

**COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO
CÓDIGO COMERCIAL (CJNCCOM)**

- **Dia 26 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Armando Rovai** – Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

- **Dia 21 de outubro**

Finalidade:

Entrega de proposta sobre Falência Transnacional

Participantes:

- 0 **Eronides dos Santos** – Promotor do Ministério Público de São Paulo.

- **Dia 18 de novembro**

Finalidade:

Seminário sobre os principais pontos do anteprojeto do Código Comercial

Participantes:

- 0 **Ana Frazão** – Professora de Direito Comercial da Universidade de Brasília;
- 0 **Gilberto Deon Corrêa** – Advogado;
- 0 **Ivanildo Figueiredo** – Professor da Universidade Federal de Pernambuco;
- 0 **Sérgio Campinho** – Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

CPI DA ESPIONAGEM (CPIDAESp)

- **Dia 17 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Magda Chambriard** – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

- **Dia 18 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Maria das Graças Silva Foster** – Presidente da Petrobras.

- **Dia 2 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Pedro Rezende** – professor da Universidade de Brasília;
- 0 **José Carlos dos Santos** – General e chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; e
- 0 **Samuel César da Cruz Júnior** – Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

- **Dia 9 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Glenn Greenwald** – Repórter do Jornal “The Guardian”; e
- 0 **David Miranda**.

- **Dia 15 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **José Alberto de Freitas legas** – Diretor de Inteligência da Polícia Federal; e
- 0 **João Batista de Rezende** – Presidente da ANATEL.

- **Dia 22 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Rafael Moreira** – Conselheiro do CGI;
- 0 **Rodrigo Assad** – professor da UFPE; e
- 0 **Paulo Sérgio Pagliusi** – Diretor do ISACA-RJ.

- **Dia 05 de novembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Ari Sérgio Perri Falarini** – Diretor de Operações da Telefônica Vivo;
- 0 **Nelson de Sá** – Diretor da TIM;
- 0 **Ivan Campagnolli** – Diretor da CLARO S.A.;
- 0 **Marcos augusto Mesquita Coelho** – Diretor de Relações Institucionais da OI S.A.

- **Dia 12 de novembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- 0 **Marcos Vinicius Ferreira Mazoni** – Diretor Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO;
- 0 **Victor Guimarães Vieira** – Diretor do Prodasen.

CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL - CTEDUC)

• Dia 23 de outubro

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Juca Gil** – Editor-Chefe da Revista da Associação Nacional de Pesquisa em financiamento da Educação - FINEDUCA e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;
- o **Daniilo de Melo Souza** – Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho de Secretários de Educação - CONSED;
- o **Waldery Rodrigues Júnior** – Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e
- o **Manuel Marcos Formiga** – Professor-Pesquisador da Universidade de Brasília - UnB.

CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL - CTSEGPUBL

• Dia 23 de outubro

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Maria do Rosário Nunes** – Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- o **Regina Maria Filomena de Luca Miki** – Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; e
- o **Leandro Piquet Carneiro** – professor doutor da Universidade de São Paulo – USP.

• Dia 30 de outubro

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Alexandre Bustamante dos Santos**, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso;
- o **Rogério Galloro**, Diretor Substituto do Departamento de Polícia Federal – DPF;
- o **Fernando Duran**, Diretor de Administração do Departamento de Polícia Federal – DPF;

• Dia 06 de novembro

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Wilson Salles Damázio** – Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública;
- o **Fernando Grella Vieira** – Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- o **Edval de Oliveira Novaes Júnior** – Subsecretário de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- o **Felipe Daruich Neto** – Diretor da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MPOG;
- o **Marivaldo de Castro Pereira** – Secretário de Assuntos Legislativos - Ministério da Justiça;
- o **Carlos Helbingen Júnior** – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás – CBMGO e representante da Liga Nacional de Corpos Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM;
- o **Jamille Lavalle** – Advogada da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

- **Dia 13 de novembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Renato Sérgio de Lima** – Membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- o **Cláudio Beato** – Professor titular de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais;
- o **Luiz Eduardo Soares** – Ex-secretário nacional de Segurança Pública;
- o **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo** – Professor de ciências criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- **Dia 20 de novembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Martha Mesquita da Rocha** – Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil;
- o **Anderson Aparecido dos Anjos Garcia** – Presidente Regional do Centro-Oeste do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil;
- o **Jorge Luiz Xavier** – Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;
- o **Michel Messe** – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
- o **Luis Antônio de Araújo Boudens** – Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais;
- o **Jânio Bosco Gandra** – Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL.

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Mauro Sinott Lopes** – Inspetor-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros – IGPM;
- o **Carlos Alberto David dos Santos** – Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- o **Márcio Martins Sant'ana** – Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;
- o **Jooziel de Melo Freire** – Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;
- o **Júlio César dos Santos** – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- o **Elias Miler da Silva** – Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades Militares Estaduais – FENEME;
- o **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro** – Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;
- o **Kleber Luiz da Silva Júnior** – Delegado de Polícia e Assessor Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR).	4
TOTAL	4

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)

- **Dias 07 e 08 de março nos estados de Pernambuco e Ceará**

Finalidade:

Visita ao Eixo Norte da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- o **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional.

- **Dia 19 de abril nos estados da Paraíba e Pernambuco**

Finalidade:

Visita ao Trecho Leste da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- o **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;
- o **Robson Botelho** – Diretor de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional;
- o **Luiz Cláudio de Freitas** – Representante da Controladoria-Geral da União;
- o **Hugo Motta** – Deputado Federal;
- o **Carlos Brandão** – Deputado Federal.

- **Dia 26 de agosto em Monteiro/PB**

Finalidade:

Solenidade da Assinatura de Ordem de Serviço de serviço para início das obras da Meta 3 do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco.

Participantes:

- o **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;

- **Dia 30 de agosto em Serra Talhada/PE**

Finalidade:

Discutir o andamento da Obra de Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica.

Participantes:

- o **Prefeitos do Estado de Pernambuco de municípios beneficiados pelas obras de transposição.**

C.3 - Coordenação de Comissões Mistas
Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/11/2013

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO NA COCM	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO
623/2013	19/07/2013
627/2013	12/11/2013
628/2013	29/11/2013

VETOS EM TRAMITAÇÃO NA COCM (após Resolução nº 1, 2013 – CN)	
VETO	PRAZO NA COMISSÃO
40/2013	02/11/2013
41/2013	02/11/2013
42/2013	09/11/2013
43/2013	09/11/2013
44/2013	13/11/2013
45/2013	28/11/2013
46/2013	01/12/2013
47/2013	10/12/2013
48/2013	10/12/2013
49/2013	16/12/2013

MATÉRIAS AGUARDANDO ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (art.11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN)		
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	PRAZO
623/2013	19/07/2013	30/11/2013

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS DE MEDIDA PROVISÓRIA

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 627/2013	01
TOTAL	01

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 627/2013

20/11/2013 – 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de Novembro de 2013, que “*Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências*”.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, o Senador Walter Pinheiro e o Deputado Cândido Vaccarezza, e designado Relator o Deputado Eduardo Cunha.

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 30/11/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MPV 582/2012	01
MPV 586/2012	01
MPV 587/2012	01
MPV 589/2012	02
MPV 590/2012	02
MPV 591/2012	02
MPV 592/2012	05
MPV 593/2012	05
MPV 594/2012	02
MPV 595/2012	11
MPV 597/2012	05
MPV 599/2012	07
MPV 600/2012	05
MPV 601/2012	06
MPV 602/2012	02
MPV 603/2013	02
MPV 605/2013	06
MPV 606/2013	02
MPV 607/2013	03
MPV 608/2013	06
MPV 609/2013	04
MPV 610/2013	03
MPV 612/2013	03
MPV 613/2013	04
MPV 614/2013	03
MPV 615/2013	03
MPV 617/2013	02
MPV 618/2013	02
MPV 619/2013	02

MPV 620/2013	02
MPV 621/2013	07
MPV 623/2013	05
MPV 627/2013	01
TOTAL ACUMULADO	117

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
Medida Provisória nº 592, de 2012	2
Medida Provisória nº 593, de 2012	1
Medida Provisória nº 595, de 2012	7
Medida Provisória nº 597, de 2012	2
Medida Provisória nº 599, de 2012	3
Medida Provisória nº 600, de 2012	1
Medida Provisória nº 601, de 2012	3
Medida Provisória nº 605, de 2013	3
Medida Provisória nº 608, de 2013	1
Medida Provisória nº 609, de 2013	1
Medida Provisória nº 621, de 2013	3
Medida Provisória nº 623, de 2013	1
TOTAL ACUMULADO	28

PARECERES APROVADOS

FEVEREIRO/2013	01
MARÇO/2013	03
ABRIL/2013	07
MAIO/2013	05
JUNHO/2013	02
JULHO/2013	01
AGOSTO/2013	02
SETEMBRO/2013	05
OUTUBRO/2013	02
NOVEMBRO/2013	0
TOTAL ACUMULADO	28

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 597/2012	36
MPV 599/2012	218
MPV 600/2012	28
MPV 601/2012	124
MPV 602/2012	8
MPV 603/2013	26
MPV 605/2013	37
MPV 606/2013	53
MPV 607/2013	20
MPV 608/2013	28
MPV 609/2013	128
MPV 610/2013	119
MPV 612/2013	220
MPV 613/2013	93
MPV 614/2013	146

MPV 615/2013	104
MPV 617/2013	104
MPV 618/2013	100
MPV 619/2013	92
MPV 620/2013	72
MPV 621/2013	567
MPV 623/2013	108
MPV 627/2013	513
TOTAL ACUMULADO	2944

D – ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Atendimentos realizados
01 a 30/11/2013

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527) 01 a 30/11/2013

Solicitações	Quantidade
Atendidas	54
Indeferidas	0
Total	54

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta) 01 a 30/11/2013

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	40
E-mail	10
Presencial	4
Carta	0
Aguardando resposta	0
Total	54

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)
01 a 30/11/2013

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	13
Solicitações de listagem de proposições	2
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	1
Identificação de proposições	14
Dúvidas gerais de processo legislativo	8
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	2
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	2
Outras	12
Total	54

Atendimentos realizados **01/01/2013 a 30/11/2013 - Consolidado**

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	945
Indeferidas	29
Total	974

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	670
E-mail	255
Presencial	18
Carta	2
Aguardando resposta	0
Total	945

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	316
Solicitações de listagem de proposições	52
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	117
Identificação de proposições	125
Dúvidas gerais de processo legislativo	106
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	40
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	61
Outras	128
Total	945

E – OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Atendimentos realizados

01/11 a 30/11/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	79
NORDESTE	29
SUL	22
CENTRO-OESTE	11
NORTE	4
NÃO INFORMADO	1
TOTAL	146

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	51
ENSINO MÉDIO	50
PÓS-GRADUAÇÃO	33
ENSINO FUNDAMENTAL	9
NÃO INFORMADO	2
NÃO ALFABETIZADO	1
TOTAL	146

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	102
FEMININO	44
TOTAL	146

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3	7	8	3	7	6		34
ATUAÇÃO PARLAMENTAR			4	4	8	7		23
DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		2	4	1	3	1		11
OUVIDORIA		1	1	2	1	5	1	11
SEGURANÇA PÚBLICA	2	1	1		3	3		10
FORA DA COMPETÊNCIA			7	5	8	4		24
OUTROS	1	5	3	8	9	7		33
TOTAL	6	16	28	23	39	33	1	146

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
RECLAMAÇÃO	55
SOLICITAÇÃO	48
CRÍTICA	18
SUGESTÃO	10
ELOGIO	8
NÃO IDENTIFICADO	7
TOTAL	146

Atendimentos realizados
01/01/2013 a 30/11/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	1.275
NORDESTE	488
SUL	366
CENTRO-OESTE	324
NORTE	78
NÃO INFORMADO	11
TOTAL	2.542

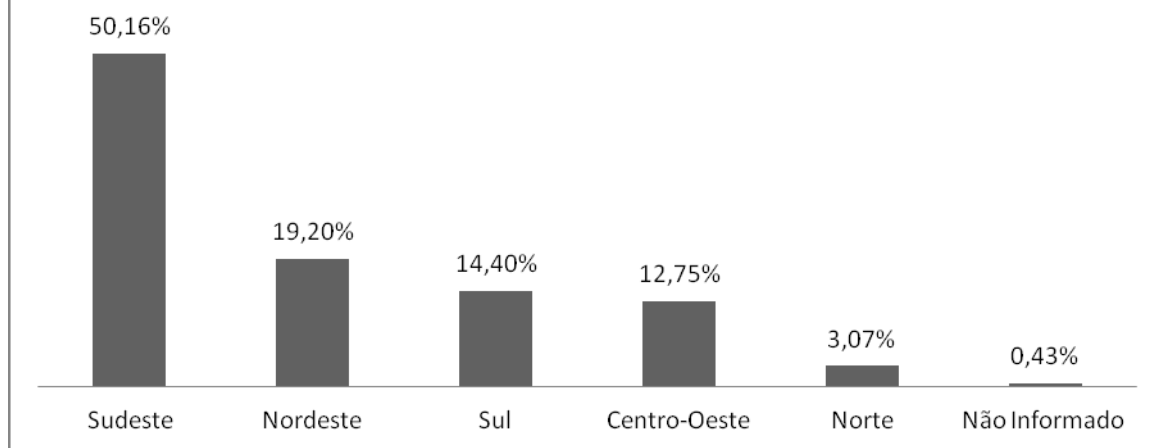
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	1.059
ENSINO MÉDIO	726
PÓS-GRADUAÇÃO	615
ENSINO FUNDAMENTAL	125
NÃO INFORMADO	10
NÃO ALFABETIZADO	7
TOTAL	2.542

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	1.714
FEMENINO	824
NÃO INFORMADO	4
TOTAL	2.542

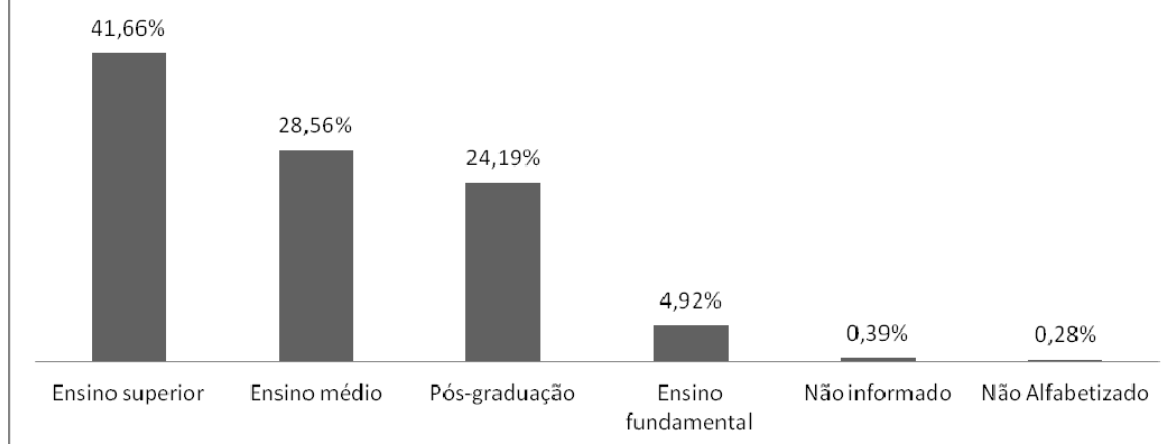
MENSAGENS CLASSIFICADAS ASSUNTO E FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	19	89	127	156	176	132	4	703
GESTÃO ADMINISTRATIVA	31	112	103	80	66	23	1	416
TRABALHO E EMPREGO	1	38	57	44	43	12		195
SEGURANÇA PÚBLICA	9	23	32	50	33	29	1	177
PROCESSO LEGISLATIVO	4	23	26	26	28	18	1	126
FORA DA COMPETÊNCIA	8	42	70	88	89	51	2	350
OUTROS	9	66	117	131	152	98	2	575
TOTAL	81	393	532	575	587	363	11	2.542

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	1.024
RECLAMAÇÃO	653
CRÍTICA	538
SUGESTÃO	203
ELOGIO	68
DENÚNCIA	23
NÃO CLASSIFICADO	33
TOTAL	2.542

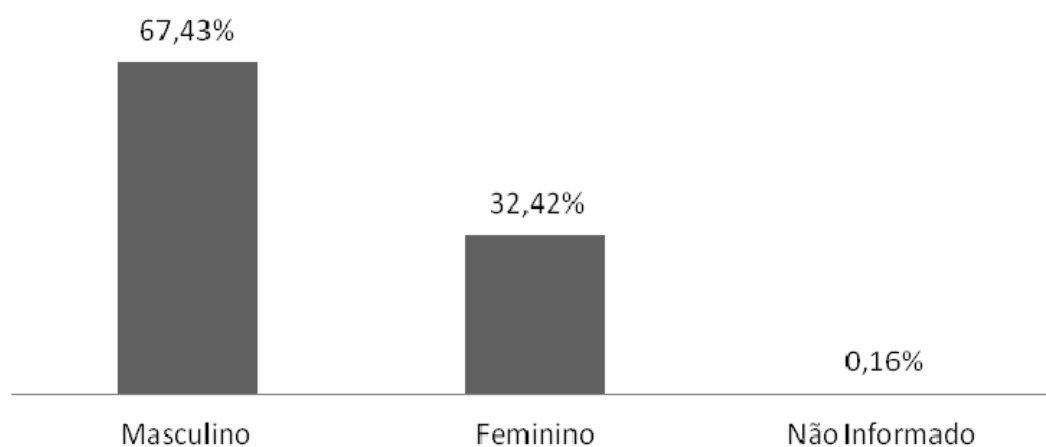
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO



MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE



MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO



MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM

